



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CORONELISMO ELETRÔNICO FLUMINENSE:
UM ESTUDO SOBRE O USO POLÍTICO DA RADIODIFUSÃO NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

Gabriel Novello

Rio de Janeiro/ RJ
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CORONELISMO ELETRÔNICO FLUMINENSE:
UM ESTUDO SOBRE O USO POLÍTICO DA RADIODIFUSÃO NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

Gabriel Novello

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social/ Rádio e TV.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Suzy dos Santos

Co-orientadora: Janaíne Sibelle Freires Aires

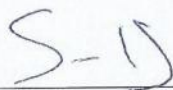
Rio de Janeiro/ RJ
2016

**CORONELISMO ELETRÔNICO FLUMINENSE:
UM ESTUDO SOBRE O USO POLÍTICO DA RADIODIFUSÃO NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Gabriel Novello

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Radialismo.

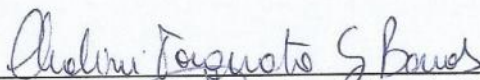
Aprovado por



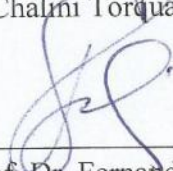
Prof.ª Dr.ª Suzy dos Santos – orientadora



Janaíne Sibelle Freires Aires – co-orientadora



Prof.ª Dr.ª Chalini Torquato Gonçalves de Barros



Prof. Dr. Fernando Alvares Salis

Aprovada em: 11/3/2016

Grau: 10,0

Rio de Janeiro/ RJ
2016

NOVELLO, Gabriel

Coronelismo Eletrônico Fluminense: um estudo sobre o uso político da radiodifusão no estado do Rio de Janeiro/ Gabriel Novello – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2016.

61f.

Monografia (graduação em Comunicação/Rádio e TV) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2016.

Orientação: Suzy dos Santos

1. Radiodifusão. 2. Rio de Janeiro. 3. Política. I. SANTOS, Suzy (orientador) II. ECO/UFRJ III. Rádio e TV IV. Título

DEDICATÓRIA

A meus pais por todo carinho, compreensão e paciência.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a minha família que sempre me deu o apoio necessário para que eu pudesse me desenvolver como ser humano e a meus amigos e colegas de faculdade que tornaram esta jornada algo maravilhoso.

Agradeço também a Suzy dos Santos, minha professora e orientadora, responsável por despertar meu interesse pelo mundo da pesquisa em comunicação, a Janaíne Aires, co-orientadora e colega de pesquisas, que muito me ajudou neste e em outros trabalhos, e a todos os bolsistas do PEIC que com muito esforço e trabalho em equipe tornam possível a realização de pesquisas como esta.

Por fim gostaria de deixar um agradecimento especial para minha namorada, companheira e melhor amiga, Ana Carolina, que esteve ao meu lado em todas as ocasiões, me ajudando sempre que foi necessário e por quem eu sinto a mais profunda admiração.

NOVELLO, Gabriel. **Coronelismo Eletrônico Fluminense**: um estudo sobre o uso político da radiodifusão no Rio de Janeiro. Orientadora: Suzy dos Santos. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Graduação Em Rádio e TV) – Escola de Comunicação, UFRJ. 61f.

RESUMO

Apesar do atual contexto internacional de convergência midiática no qual vivemos, observamos, no Brasil, características destoantes com as de outros países no que se refere à formulação de novas políticas de comunicação. Neste trabalho, analisaremos o uso político dos meios de comunicação eletrônicos no estado do Rio de Janeiro, a fim de resgatar os enunciados do conceito Coronelismo, trazido por Victor Nunes Leal em “Coronelismo, Enxada e Voto”, e os associando ao sistema de propriedade e distribuição de outorgas de radiodifusão. Pretendemos entender o papel dos meios de comunicação na manutenção ou ruptura do sistema político nacional, e de que forma as dinâmicas de poder que os envolvem servem para atrasar desenvolvimento de um sistema de comunicação democrático.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. PANORAMA DA RADIODIFUSÃO NO RIO DE JANEIRO	15
2.1 O QUE COMPREENDEMOS COMO CORONELISMO ELETRÔNICO	15
2.2 ORIGEM DO RÁDIO E TV	18
2.3 AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	22
3. DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE OUTROGAS	27
3.1 RIO DE JANEIRO, RESENDE E MENDES	28
3.2 MESORREGIÃO METROPOLITANA	30
3.3 MESORREGIÃO SUL FLUMINENSE	32
3.4 MESORREGIÃO NORTE FLUMINENSE	34
3.5 MESORREGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS	35
3.6 MESORREGIÃO CENTRO FLUMINENSE	37
3.7 MESORREGIÃO DO NOROESTE FLUMINENSE	38
3.8 TELEVISÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	40
4. RADIODIFUSÃO E POLÍTICA	42
4.1 GRUPOS REGIONAIS	42
4.1.1 SISTEMA PORTO REAL DE COMUNICAÇÃO	42
4.1.2 REDE RIO SUL (GRUPO CÉZAR COELHO)	43
4.1.3 SISTEMA SUL FLUMINENSE DE COMUNICAÇÃO (SSFC)	44
4.1.4 SISTEMA JABM DE COMUNICAÇÃO	45
4.1.5 RÁDIO MUSICAL DE CANTAGALO	46
4.2 GRUPOS NACIONAIS	46
4.2.1 GRUPO SALGADO DE OLIVEIRA	46
4.2.2 GRUPO INTERTV	48
4.2.3 ORGANIZAÇÕES MARTINEZ – REDE CNT	49
4.2.4 IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS – R.R. SOARES	50
4.2.5 IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS – REDE RECORD	52
4.3 POLÍTICOS NA CAPITAL	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	60

1. INTRODUÇÃO

No atual contexto de revolução informacional e convergência midiática, observamos uma tendência à internacionalização do mercado, assim como novas tentativas de regulamentação dos meios por parte de organismos internacionais, uma vez que as novas tecnologias ultrapassam fronteiras e transformam radicalmente o funcionamento das redes de comunicação. O Brasil, no entanto, apresenta na formulação de suas políticas de comunicação, características contrastantes com as adotadas em outros países capitalistas ocidentais.

O conjunto dessas características singulares sobre as quais se baseia a estrutura do sistema brasileiro de comunicações é o que possibilita o surgimento do sistema que denominamos coronelismo eletrônico, o qual veremos mais detalhadamente em seguida. Seu estudo é de grande importância para entendermos de que forma as políticas de comunicação refletem os interesses daqueles que gozam de poder, sejam eles políticos em si ou grupos influentes, e como contribuem para a manutenção de sua posição.

Este trabalho é parte da pesquisa “Coronelismo Eletrônico: Dinâmicas Assimétricas de Poder e Negociação” que tem como objetivo desenvolver um aparato teórico-metodológico para compreender as relações clientelares e patrimonialistas que atravessam a implantação das novas tecnologias de comunicação no Brasil. Encontra-se no âmbito dos estudos sobre economia política de comunicação e políticas de comunicação. Nosso objeto central será o estudo das outorgas de rádio e televisão no estado do Rio de Janeiro e a relação entre os sócios e diretores das empresas outorgadas com a política, a fim de observar de que forma a estrutura de propriedade da radiodifusão no estado contribuem para a manutenção ou ruptura do sistema político vigente.

Desde a minha entrada como bolsista de iniciação científica no Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC), coordenado pela professora Suzy dos Santos, venho desempenhando atividades que me ajudaram a entender a importância política inerente ao campo da comunicação. Consequentemente despertou-se meu interesse em relação à forma como as políticas de comunicação refletem a realidade política do país.

Em nossos estudos partimos do princípio de que os meios de comunicação possuem enorme importância na estrutura de qualquer sociedade. Esse fato não é novo, porém, com a evolução das tecnologias da informação que presenciamos torna-se ainda mais evidente a posição estratégica ocupada por eles. Vimos em junho de 2013, por exemplo, a mobilização feita via internet de manifestações com centenas de milhares de pessoas no Brasil inteiro.

É indispensável, portanto, que a comunicação seja pensada como um campo de grande importância política, e onde conseqüentemente se dão disputas pelo poder. Voltando na história do Brasil, podemos ver que em diferentes períodos os meios de comunicação foram usados como instrumentos de legitimação do poder daqueles que os controlavam. Getúlio Vargas, por exemplo, fez grande uso do rádio durante o Estado Novo, e os governantes militares usaram amplamente as alianças com redes de televisão, como a Rede Globo, durante nossa mais recente ditadura. Mais recentemente, durante a redemocratização, o número de outorgas de rádio e TV aumentou vertiginosamente. É exatamente neste período que encontramos o chamado coronelismo eletrônico, sistema onde os meios de comunicação são novamente utilizados como moeda política, porém dessa vez com características próprias de um país que passa por uma transição em direção à democracia.

Há, no entanto, o senso comum de que o uso político dos meios de comunicação é algo que pertence exclusivamente a uma sociedade arcaica, rural, dominada por governos autoritários, e que, portanto, não existiria mais nos dias de hoje, quando vivemos em uma sociedade democrática que já passou pela revolução da informação. Essa noção de que esse uso político está ligado ao passado/atraso econômico, é reafirmada pelos grandes meios de comunicação, que constantemente colabora para a despolitização do assunto, atribuindo a si próprios as qualidades de isenção ideológica e política, enquanto escondem a identidade de seus donos.

Tal afirmação não corresponde à realidade encontrada durante as atividades exercidas junto ao grupo de pesquisa. Durante nossas atividades, observamos através de um levantamento de dados a existência de um grande número de deputados federais com outorgas de rádio e televisão em nome próprio (aproximadamente 38) exercendo mandato em 2014. Desses, 19 foram reeleitos para um novo mandato em 2014. Juntos, os parlamentares tinham em nome próprio cerca de 130 outorgas de rádio e televisão espalhadas em todas as regiões do Brasil. Nota-se, no entanto, que nem todas são outorgas de cidades pequenas no interior, contradizendo o senso comum perpetuado pela grande mídia de que o uso político dos meios de comunicação é um fenômeno típico do passado, ou de economias atrasadas.

Estes dados dizem respeito somente aos deputados federais exercendo mandato em 2014 e com outorgas em nome próprio, deixando de fora os demais políticos do país, assim como as outorgas em nome de familiares ou sócios. Evidencia-se a partir daí a ainda atual relevância política que a posse de meios de comunicação representa no Brasil. Fica clara a necessidade de avançar com o levantamento de dados e sua análise, a fim de confirmar o uso dos meios de comunicação eletrônicos como moeda política no Brasil ainda nos dias atuais.

Nosso objetivo específico neste trabalho é traçar um perfil detalhado do sistema de propriedade e filiação dos meios de comunicação eletrônicos no estado do Rio de Janeiro a partir da análise dos dados levantados, a fim de possibilitar a identificação de indivíduos e grupos detentores de outorgas de radiodifusão que estejam ligados de alguma forma à política ou que exerçam influência na liderança dos municípios estudados. Assim, acreditamos que o desenvolvimento deste aparato possibilitará um avanço significativo nas demais pesquisas que envolvam a relação entre as esferas da política e da comunicação no Brasil.

As informações geradas pelos dados coletados durante a pesquisa poderão vir a facilitar futuros trabalhos, uma vez que a falta de transparência acerca da propriedade de meios de comunicação no Brasil se impõe como grande barreira àqueles que procuram pesquisá-la. Assim, este trabalho se propõe a complementar trabalhos já existentes na área das políticas e economia da comunicação e auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas.

Nossa hipótese é a de que, apesar de o avanço da urbanização e a entrada das novas tecnologias de comunicação no Brasil contribuírem para o enfraquecimento do sistema de troca de favores entre o empresariado de comunicação brasileiro e os agentes políticos (aqui denominado como coronelismo eletrônico), esses fatores ainda não foram suficientes para que ele deixe de existir.

Com a confirmação da existência dessa forma patrimonialista de gestão das outorgas de rádio e televisão no estado do Rio de Janeiro, um dos mais avançados economicamente e pertencente à região mais rica do país, pretende-se mostrar que o caráter político ganha destaque em relação ao econômico quando falamos de radiodifusão no Brasil. Pretende-se colocar a democratização dos meios de comunicação como movimento político capaz de mudar a realidade do país, atacando o senso comum de que as respostas para os problemas no sistema de comunicação brasileiro se encontram nas dicotomias presente x passado, moderno x arcaico, urbano x rural, etc.

A importância deste trabalho se deve ao lugar central que os meios eletrônicos de comunicação ainda ocupam no panorama da comunicação no Brasil. A princípio conseguimos perceber que a nova realidade trazida pelo avanço das telecomunicações e da internet ameaça a supremacia que a radiodifusão exerceu durante décadas na comunicação brasileira. No entanto, ao olharmos com mais cuidado a distribuição dessas novas tecnologias pelo território nacional, observamos que grande parte do país, composta por pequenos e médios municípios, ainda não dispõe deles de forma satisfatória, ou seja, nessa imensa parte do Brasil prevalecem as rádios e televisões como principal forma de acesso à informação.

Outra evidência da importância estratégica que esses meios de comunicação ainda possuem é o alto número de parlamentares que, a despeito da proibição imposta pela Constituição Federal em seu artigo 54, são sócios de empresas concessionárias de outorgas de radiodifusão. Apesar da falta de transparência dos dados relativos aos outorgados, tal afirmação pode ser confirmada em consultas a portais da internet como o “donos da mídia” e “portal excelências”.

Como exemplo da pertinência e da atualidade do assunto, tivemos em 2014 (ano de eleições) a campanha “fora coronéis da mídia”, lançada em julho no encontro nacional de estudantes de comunicação social (ENECOM 2014), na qual políticos detentores de outorgas ou diretores de empresas outorgadas foram expostos. A campanha consistia em distribuir cartazes com fotos de políticos donos de emissoras de rádio e TV, e apresentadores de programas policiais que se aproveitam da exposição para conquistar votos, retratando-os como criminosos procurados.

A metodologia aplicada neste trabalho compreendeu em primeiro lugar o cruzamento das seguintes bases de dados: 1) SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, tabela disponibilizada no site do Ministério das Comunicações, atualizado em outubro de 2014; 2) SISCOM – Sistema de Informação de Serviços de Comunicação em Massa, consultado diretamente no portal da ANATEL.

Esse cruzamento de dados é necessário por não ser possível encontrar em uma só fonte de dados os registros de participação societária de todas as empresas concessionárias de outorgas dos serviços de radiodifusão do Brasil, dados necessários para a nossa análise. A pulverização da informação torna indispensável a consulta de dados em diversas fontes, seja na internet ou até mesmo visitando juntas comerciais e cartórios.

A partir do cruzamento dos dados foi elaborada uma série de tabelas com os nomes de todos os sócios e diretores de empresas detentoras de outorgas de rádio e televisão, no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, foi feita uma pesquisa utilizando-se de ferramentas de busca na internet e redes sociais sobre cada um dos nomes de sócios e diretores das empresas outorgadas. O principal objetivo dessa etapa foi encontrar entre os sócios e diretores, pessoas ligadas à política, a grupos religiosos e a lideranças regionais. Como resultado, foram traçados perfis dos agentes envolvidos com a radiodifusão no Rio de Janeiro, destacando aqueles que são (ou têm ligações com) políticos e aqueles que exercem algum tipo de liderança em seus respectivos municípios.

Ao final deste processo, pretendemos ter ao nosso alcance informações valiosas sobre a ligação entre as esferas política e midiática no Rio de Janeiro. Dessa forma, estaremos contribuindo para o aumento da bibliografia, e, ao mesmo tempo, facilitando o avanço metodológico necessário para as pesquisas no campo das políticas e economia da comunicação.

O referencial teórico sobre o qual se baseia este trabalho está relacionado aos estudos sobre coronelismo eletrônico no Brasil feitos junto ao PEIC, conceito que foi adotado pela primeira vez em um trabalho acadêmico na monografia de Célia Stadnik, intitulada: A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação no Brasil (1991). A base teórica segue, portanto, a linha de estudo da economia política e de políticas de comunicação no Brasil.

Primeiramente, para a formação de uma base teórica nesta linha foi necessária a compreensão do conceito “coronelismo”, expressão que tem origem no livro de Victor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”, em 1949. Nele Victor Nunes Leal parte dos municípios para entender o sistema que envolvia a troca de favores entre o governo federal, as oligarquias estaduais e as lideranças municipais, cujo poder estava ligado à posse de terra, durante o período da chamada Primeira República (1889-1930).

Além de Leal, foram estudados trabalhos outros autores que tratam do sistema do coronelismo, como Raymundo Faoro, Maria de Lourdes Janotti, José Murilo de Carvalho, entre outros. O estudo desses outros trabalhos foi importante, pois existem entre eles divergências em relação ao conceito. Essas divergências são vistas com clareza no artigo de José Murilo de Carvalho, intitulado “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual” (2005), a partir do qual vemos que os pontos de vista dos autores frequentemente divergem no que diz respeito à periodização do fenômeno, assim como a relevância de fatores como o voto de cabresto, a posse de terra e o poder do coronel, por exemplo.

Em seguida foram estudadas as obras relacionadas às políticas e economia da informação e da comunicação. Direcionando os estudos para a compreensão da realidade política e econômica dos meios de comunicação no Brasil, foram vistos trabalhos de autores como Luiz Felipe Stevanim, Suzy dos Santos, Murilo Cesar Ramos, César Bolaño e Venício A. de Lima. Esse referencial teórico possibilitou que finalmente fosse feita a conexão entre o conceito de coronelismo e as lógicas política e econômica que envolvem os meios de comunicação no país. Somente a partir daí, portanto, foi possível compreender o conceito do coronelismo eletrônico.

Neste trabalho, começaremos apresentando à luz do referencial teórico o que entendemos como coronelismo eletrônico. Este é o principal conceito presente nesta monografia e de acordo com o qual pretendemos pensar a realidade encontrada durante a pesquisa. Em seguida apresentaremos um breve histórico da radiodifusão no Rio de Janeiro, assim como um panorama atual dos meios de comunicação eletrônicos no estado.

No segundo capítulo será feita a análise dos dados levantados durante a pesquisa. Nesta etapa será traçado um perfil detalhado do sistema de radiodifusão fluminense, onde seremos capazes de identificar os agentes que participam das dinâmicas de negociação política das quais fazem parte as outorgas de rádio e televisão.

No último capítulo, veremos de acordo com o referencial teórico a situação na qual se encontra a mídia eletrônica no estado do Rio de Janeiro.

2. PANORAMA DA RADIODIFUSÃO NO RIO DE JANEIRO

2.1. O QUE COMPREENDEMOS COMO CORONELISMO ELETRÔNICO

Quando tratamos de coronelismo eletrônico queremos traçar as linhas que conectam a propriedade e o controle de meios de comunicação em massa a pessoas que exercem cargos eletivos no Brasil. Este foi o objetivo da monografia de Célia Stadnik, intitulada: *“A hipótese do fenômeno do “Coronelismo eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação no Brasil”* (1991), primeiro trabalho de natureza acadêmica a adotar o termo “coronelismo eletrônico”.

Em *“Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil”*, Victor Nunes Leal cunha o termo coronelismo, descrito por ele como “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras” (Leal, 1997, p. 44). De acordo com a explicação de José Murilo de Carvalho (2005), o coronelismo como escrito por Leal é um sistema datado historicamente e surge da confluência de um fato político (a forma de estado federativa) e uma conjuntura econômica (a decadência econômica dos grandes proprietários de terra).

De um lado o pacto federativo garante aos estados grande autonomia em relação à União, introduzindo o voto, enquanto o município encontra-se isolado e altamente dependente dos demais entes; do outro os decadentes coronéis ainda gozam de grande prestígio social, sendo capazes de exercer grande influência no âmbito municipal. Daí se cria o ambiente propício para trocas de favores pelas quais o sistema é reconhecido. De acordo com Carvalho:

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. (CARVALHO, 2005, p. 132)

De acordo com Leal, a propriedade da terra é fator essencial para o exercício da liderança política local. No entanto é importante destacar que esse papel de liderança não se deve a sucesso econômico que lhe garanta prestígio e autonomia e sim a uma posição estratégica onde pode se colocar como mediador entre o município e o estado. Segundo Leal:

Há, é certo, muitos fazendeiros abastados e prósperos, mas o comum, nos dias de hoje, é o fazendeiro apenas “remediado”: gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas.(...) Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. (LEAL, 1997, p.46)

O coronelismo se situa, portanto, em um período “alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel.” (CARVALHO, 2005, p.131). A propriedade de terras foi o fator que deu aos coronéis a posição de negociadores enquanto a diminuição de seu poder econômico dava lugar à consolidação do poder crescente do Estado. Seria possível afirmar que, em pleno século XXI, a estrutura dos meios de comunicação, já inseridos na lógica do mercado informatizado internacional, apresenta semelhanças com o sistema cunhado por Victor Nunes Leal em 1948?

Segundo Venício A. de Lima (1998), a consequência mais evidente da convergência tecnológica no setor das comunicações é a enorme concentração de propriedade. De acordo com o autor, a aliança entre revolução digital, que dissolve as fronteiras entre as telecomunicações, os meios de massa e a informática, e a “onda internacional liberalizante de privatizações e des-regulamentação” (LIMA, 1998, p.2) resulta na criação de um mercado global oligopolizado. Isso porque com o crescente número de aquisições, fusões e *joint ventures* cria-se um mercado dominado por empresas gigantescas, com imensas barreiras à entrada de novos competidores.

Lima aponta como consequências desse novo padrão internacional a fusão das diferentes políticas de comunicação, antes pensadas separadamente para comunicação de massa, informática e telecomunicações, em uma única política de comunicações; e a maior presença dos novos “*global players*” assim como de organismos internacionais. No Brasil, o reflexo foi a criação de novas leis, como a Lei do Cabo, a Lei Mínima e a Lei Geral de Telecomunicações, que tem como objetivo regular a entrada desses novos atores internacionais no mercado brasileiro de comunicações. Entretanto, os novos marcos regulatórios brasileiros excluem propositalmente a radiodifusão, “blindando” de alguma forma o já estabelecido empresariado nacional.

Consequentemente, vivemos um período de convergência midiática e entrada de novas tecnologias que, ao contrário do que poderíamos pensar, não abala a estrutura de poder já estabelecida em torno da propriedade dos meios de comunicação. De acordo com Lima, “o padrão universal de concentração da propriedade e presença dos *global players* encontra no Brasil um ambiente historicamente acolhedor” (LIMA, 1998, p.4). Isso porque no Brasil os meios de comunicação já se encontram historicamente concentrados nas mãos de poucas famílias e elites políticas. Segundo Lima (1998, p.9):

Os dados reunidos até aqui nos permitem concluir que, no Brasil, convivem lado a lado o padrão universal de concentração da propriedade e da emergência de novos *global players* com a velha estrutura da propriedade familiar e o renovado vínculo com as elites políticas locais e/ou regionais. Por outro lado, revela-se claramente o fortalecimento interno e externo e a consolidação hegemônica de um único grupo nacional no sistema brasileiro de comunicações: as Organizações Globo.

Conclui-se, portanto, que as maiores barreiras à entrada das empresas estrangeiras no país são impostas pelas poucas elites políticas e famílias que controlam os meios de comunicação ao tentarem garantir para si a manutenção do poder de que desfrutam. Isso acontece a despeito da regulação e do interesse público, uma vez que ao se associar às empresas estrangeiras, o empresariado nacional de comunicações compõe um mercado oligopolizado e consolida sua posição hegemônica no país.

Como podemos então relacionar a concentração dos meios de comunicação e seu uso político no Brasil com o conceito de Coronelismo? De acordo com Suzy dos Santos, após o fim da ditadura vivemos um novo período de transição. Com a redemocratização há uma descentralização política, onde o voto passa a ser determinante e os chefes políticos locais voltam a desempenhar seu papel de liderança política. Segundo Santos, são enunciados hereditários do coronelismo:

- 1) a circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional;
- 2) as relações clientelistas com alto grau de reciprocidade;
- 3) a debilidade da distinção entre interesses público e privado;
- 4) o controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico, e;
- 5) o isolamento da municipalidade. (SANTOS, 2006, p. 4)

Assim como no passado a propriedade de terras colocava o coronel em uma posição estratégica, possibilitando sua aliança às oligarquias estaduais, formando entre município, estado e Governo Federal uma rede de favores (SANTOS, 2007). A propriedade dos meios de comunicação, por seu grande poder de influência sobre a população (sobretudo a população de municípios isolados do interior) ganha grande importância política com a redemocratização.

Se por um lado vivemos uma convergência tecnológica no setor das comunicações, como afirma Lima (1998), por outro, a vitória política dos velhos agentes nacionais garante o isolamento informacional dos municípios, mantendo a fragilidade municipal em relação aos demais entes da federação, como afirma Santos (2006). Essa fragilidade do município no novo período de transição política dá novamente aos chefes políticos locais as cartas necessárias para entrar no jogo de troca de favores característica ao coronelismo. De acordo com Santos:

o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação. (SANTOS, 2006, p.8)

Santos (2006) aponta como evidência clara deste sistema o grande número de parlamentares que se tornam donos de empresas concessionárias de outorgas de radiodifusão, ocupando simultaneamente os dois lados envolvidos na negociação, o do Estado e o do particular. O resultado deste óbvio conflito de interesses é o favorecimento dos interesses particulares dos grupos envolvidos nessa negociação em detrimento do evidente interesse público envolvido. É possível, portanto, dizer que temos hoje na estrutura dos meios de comunicação do país a presença de características que nos remetem ao sistema coronelista do século passado.

2.2. ORIGEM DO RÁDIO E TV

Apresentaremos resumidamente a história da radiodifusão no estado do Rio de Janeiro. Seguindo o foco deste trabalho, daremos destaque ao rádio e à televisão, contando um pouco sobre sua origem em território fluminense e acompanhando o surgimento dos grupos midiáticos que hoje controlam grande parte da comunicação no estado e no país.

Apesar de haver relatos anteriores de experiências com transmissores de rádio, ocorridas em Recife, a primeira transmissão radiofônica oficial ocorrida em território brasileiro aconteceu em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. A transmissão pioneira fez parte das comemorações do centenário da Independência (em 1922, no então distrito federal), quando foi transmitido o discurso do então presidente Epitácio Pessoa para receptores instalados em Niterói, Petrópolis e São Paulo, através de uma antena instalada no Corcovado. Um ano depois, em 1923, surge a primeira emissora de rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto e Henry Morize, astrônomo e engenheiro industrial. Em 1936, a Rádio Sociedade foi doada ao governo do Brasil e funciona até os dias atuais como a Rádio MEC.

Nas décadas de 20 e 30, o Rio de Janeiro assistiu à multiplicação de novas emissoras de rádio em seu território, principalmente no centro da cidade e na zona portuária, como por exemplo Rádio Club do Brasil, fundada em 1924 pelo engenheiro Elba Dias e instalada no largo da Carioca. Em 1926 surgem a Rádio Educadora do Brasil, no centro, e a Rádio Mayrink Veiga, na zona portuária, onde funcionou até seu fechamento pelo regime militar em 1965. Em 1933 surge a Rádio Cruzeiro do Sul, posteriormente chamada Rádio Tamoio, primeira rádio a transmitir programas de calouros.

Também em 1933 nasce, na praça Mauá, região portuária do Rio de Janeiro, a rádio que se tornaria um marco na história do rádio, a Rádio Nacional. Fundada com o nome Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, a emissora que viria a influenciar o funcionamento de todas as rádios comerciais do país teve de passar por dois momentos antes de se tornar a famosa Rádio Nacional:

Em 1935, a emissora adquiriu os equipamentos recém-importados pela Rádio Philips, em operação desde março de 1930, que havia optado por encerrar suas transmissões e o projeto empresarial de manutenção de emissora própria no país para incentivar a comercialização dos aparelhos receptores produzidos pela mesma fabricante. Em 1936 a Sociedade alterou os estatutos. Os fundadores elevaram o capital, de 100 contos de réis para 1.700 contos de réis, com novas cotas subscritas pelos oito sócios, e autorizaram o presidente da sociedade a adquirir uma estação de radiodifusão de 20 kW (MOREIRA, 2003, p. 45)

Outro momento importante na história da Rádio Nacional foi a sua estatização por decreto em 1940, durante o governo Vargas. Autorizada a funcionar como rádio estatal e comercial, a Nacional se beneficiou da dupla fonte de receita (comercial e estatal) até 1945, alcançando seu apogeu. Importante destacar que a Rádio Nacional desempenhou papel de destaque na disseminação da política de integração nacional projetada pelo governo Vargas, servindo como principal porta-voz da ideologia do Estado Novo.

A partir da segunda metade da década de 1930, importantes grupos de comunicação aderem ao movimento de surgimento de emissoras de rádio, dentre eles: o grupo Jornal do Brasil funda em 1935 a Rádio Jornal do Brasil, hoje em dia conhecida como Rádio JB; o grupo impresso Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que funda a Rádio Tupi do Rio de Janeiro, primeira rádio da Rede de Emissoras Associadas, também em 1935; em 1944 nasce a Rádio Globo, inaugurada por Roberto Marinho, dono do jornal O Globo, sendo a primeira emissora de rádio criada pelas Organizações Globo (hoje Grupo Globo).

A história da televisão no estado do Rio de Janeiro começa no dia 20 de janeiro de 1951, quando a TV Tupi do Rio de Janeiro, pertencente a Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, dá início a suas operações. Dois anos antes, Chatô já havia feito a encomenda dos equipamentos necessários à RCA nos Estados Unidos para a montagem das emissoras, porém por problemas de natureza técnica, as transmissões que estavam planejadas para 1950 só puderam acontecer um ano depois. A TV Tupi foi pioneira na transmissão televisiva, e representou um marco no avanço das comunicações no Brasil. Suas atividades foram encerradas em 1980, quando a TV Tupi do Rio de Janeiro e outras emissoras da rede Tupi tiveram suas concessões cassadas pelo governo federal. Entre rádios e televisões, o grupo Diários Associados possui ainda hoje um total de 19 veículos no país, fora outros meios de comunicação como jornais, revistas e *sites* na internet.

No ano de 1962, Roberto Marinho firma dois contratos com o grupo norte-americano Time Life para viabilizar a criação da TV Globo. A assinatura desses dois contratos significou, na prática, que uma empresa estrangeira controlaria a TV Globo, algo que já na época era proibido pelas leis vigentes.

Os contratos assinados pela Rede Globo, antes de qualquer outra análise, inequivocamente violaram o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117 de 27/8/62) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto). 52.795 (de 31/10/63). O Regulamento em seu artigo 28, § 2, diz o seguinte:

‘As cláusulas que acompanham o decreto de concessão para a execução’ Dos serviços que o Governo julgue conveniente aos interesses nacionais, deverão estipular: (...) II- proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas à exploração do serviço, como outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Conselho Nacional de Comunicações’’. (Herz, 2009, p. 122-123)

No mesmo ano, Roberto Marinho ganha a concessão de dois canais de televisão no Rio de Janeiro. Finalmente em 1965, já durante o regime militar, entra no ar a TV Globo no canal 4 do Rio de Janeiro. O acordo como grupo Time Life deu às organizações globo uma enorme vantagem, principalmente técnica, em relação às demais emissoras de televisão. A Globo introduz o “Padrão Globo de Qualidade”, responsabilizando-se sobre a sua produção, tirando o controle que os patrocinadores exerciam sobre os programas até então.

Além do acordo com o grupo Time Life, Roberto Marinho soube tirar proveito das boas relações que tinha com o governo militar. Em troca do apoio ideológico da TV Globo, os governos militares deram a Roberto Marinho vantagens que não foram dadas a mais nenhum empresário de comunicação.

Nem a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no Congresso Nacional, nem as pressões de Assis Chateaubriand foram suficientes para impedir que a ditadura militar (...) arquivasse a fraude evidente consumada pela Globo. Do acordo Time-Life ficaram, após a fraude, se não o dinheiro do sócio estrangeiro, toda uma tecnologia e toda uma forma de fazer televisão (Ramos, 2005, p.67)

Estes foram fatores decisivos para que as Organizações Globo tenham alcançado o patamar que têm hoje em dia, configurando-se como um imenso conglomerado de comunicação e tornando a família Marinho uma das mais ricas e influentes do país.

Em 22 de outubro de 1975, Senhor Abravanel, mais conhecido como Sílvio Santos, ganha a outorga do canal 11 do Rio de Janeiro, surgindo então a TVS Rio, posteriormente incorporada ao SBT. Sílvio Santos, que já havia trabalhado por anos na televisão como apresentador do Programa Silvio Santos, na rede globo, comprou por 603 mil cruzeiros a falida TV Continental, inaugurada em 1959. Em 1980 o Sistema Brasileiro de Comunicação passa a funcionar em rede a partir das emissoras TVS Rio e TV Record de São Paulo.

A rede Bandeirantes passa a ser transmitida no Rio de Janeiro a partir de 1977 com a inauguração da TV Guanabara. Em 1978 entra no ar a TV Sul Fluminense, primeira geradora de televisão instalada no interior do estado. Em 2004 foi vendida para o grupo Editora Três e atualmente funciona como Band Barra Mansa. A TV Sul Fluminense foi controlada pela família Nader, que ainda possui 6 rádios na região sul fluminense, até 2004 quando foi vendida.

Em 1983 entra no ar a TV Manchete, fundada pelo empresário ucraniano naturalizado brasileiro Adolpho Bloch. Seu funcionamento vai até o ano de 1999, quando foi decretada sua falência. Neste ano, empresário brasileiro Almicare Dallevo, presidente do grupo TeleTV, compra a empresa e criando o atual canal RedeTV!.

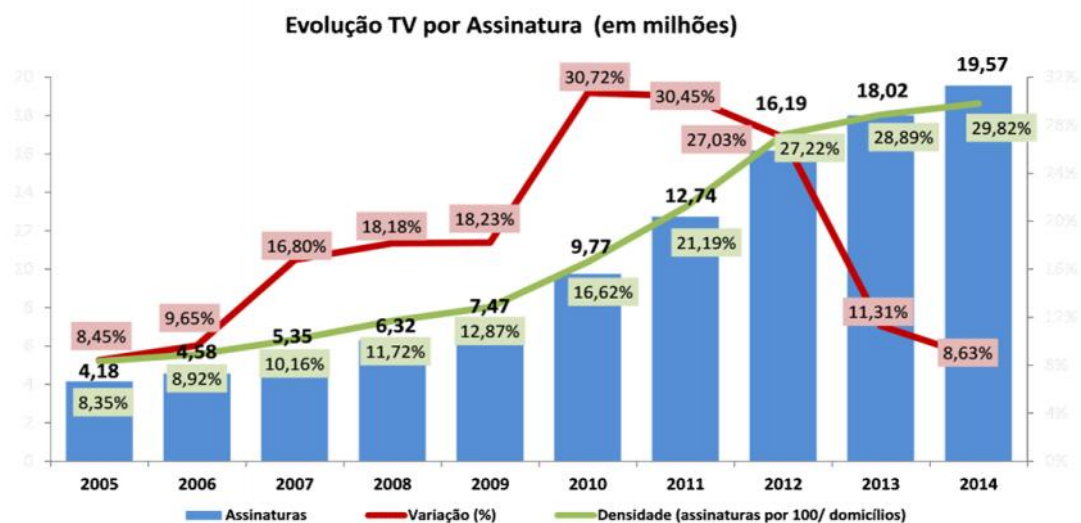
Levado por problemas financeiros, Sílvio Santos vende sua participação na TV Record de São Paulo e a TV Corcovado em 1989. Em 1990 a Igreja Universal, liderada pelo bispo Edir Macedo, compra a TV Record de São Paulo e em 1992 a falida TV Rio, que passa a ser uma emissora da Rede Record, atualmente chamada Record Rio. No mesmo ano, a TV Corcovado passou a integrar a Rede OM, atual Rede CNT. Atualmente grande parte de sua grade horária de programação foi vendida à Igreja Universal do Reino de Deus, não apresentando quase nenhum conteúdo de produção própria.

2.3. AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC)

O Brasil, assim como grande parte dos países no mundo, vem sofrendo uma transformação acelerada em seu cenário de comunicações. As novas tecnologias da informação e da comunicação surgidas no atual cenário de convergência midiática e digitalização dos sistemas constituem um conjunto de meios, tais como a telefonia móvel, os microcomputadores, as diversas tecnologias de televisão por assinatura, as diferentes formas de acesso à internet e a televisão digital, que vêm modificando radicalmente a forma de nos comunicarmos e acessarmos informações. Devemos, portanto, fazer uma análise da inserção desses novos fatores na atual conjuntura nacional a fim de compreendermos de que forma a radiodifusão está sendo afetada e se eles representam um risco para o coronelismo eletrônico.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2013 (PNAD 2013) feita pelo IBGE, o país possuía nesse ano 63,3 milhões de domicílios particulares permanentes com televisão, o que representa 97,2% do total de domicílios existentes no país. Dos domicílios com televisão, somente 29,5% tinham acesso à televisão por assinatura e 31,2% apresentavam sinal digital de televisão aberta. Ainda segundo a pesquisa, 28,5% dos domicílios com televisão (18,1 milhões), somente apresentavam sinal analógico de televisão aberta.

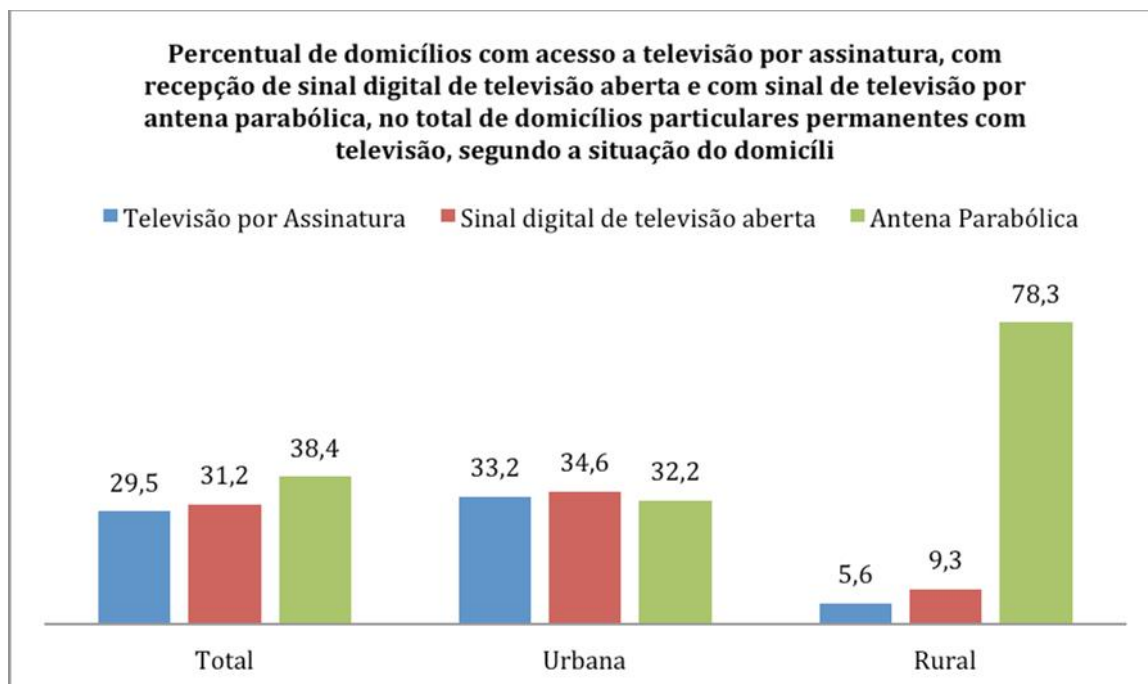
Os dados encontrados no portal da ANATEL revelam que nos últimos dez anos o número de acessos à televisão por assinatura aumentou de 4,18 milhões em 2005 para 19,57 milhões no fim de 2014. Esse grande aumento, porém, não ocorreu de forma homogênea por todo o território brasileiro. O que pode ser visto nos dados disponibilizados pela pesquisa do IBGE é que a inserção da TV por assinatura, assim como de outras tecnologias, é afetada por fatores como a urbanização, nível de renda, anos de estudo, área de ocupação e a região envolvida.



Fonte: Anatel.

No caso da TV por assinatura, as áreas urbanas e a região sudeste registraram os maiores índices de acessos a essa tecnologia, 33,2% e 40,1% respectivamente, estando presente em 74,9% dos domicílios onde o rendimento domiciliar mensal *per capita* era superior a cinco salários mínimos. O número de acessos à televisão por assinatura cai significativamente quando observamos áreas rurais (onde apenas 5,6% dos domicílios têm acesso) segmentos da população com menor rendimento mensal domiciliar *per capita* e diferentes regiões do país, onde o menor índice chega a 3,7%, na faixa entre 0 e ¼ de salário mínimo *per capita* da região Nordeste.

No ano de 2013, a televisão aberta digital já estava presente em 31,2% dos domicílios do Brasil, chegando a um total aproximado de quatro mil geradoras e retransmissoras de televisão digital em fevereiro de 2014, de acordo com o Ministério das Comunicações. O sinal digital de televisão aberta, no entanto, parece seguir o mesmo padrão de distribuição da televisão por assinatura, apresentando maiores índices nas regiões Sudeste e Sul (38,9% e 32,6%) e nas áreas urbanas (34,6%). A distribuição desigual desta tecnologia fica ainda mais evidente ao analisarmos os estados separadamente. De acordo com a PNAD 2013, no estado de São Paulo, 43% dos domicílios já recebiam o sinal digital de televisão aberta, perdendo somente para o Distrito Federal (49,3%), já no estado do Tocantins o índice era de apenas 11,8%.



Fonte: Elaboração própria com dados do PNAD 2013

O número de acessos à internet também vem crescendo rapidamente no Brasil. No ano de 2013, estimou-se em 85,6 milhões o número de pessoas com dez anos ou mais com que acessaram a rede. Nesse ano, 48% do total de domicílios particulares permanentes tinham acesso à internet, e 97,7% desses possuíam acesso à banda larga, um total de 30,5 milhões de domicílios. A distribuição dos acessos novamente varia de acordo com critérios geográficos, econômicos e sociais, apresentando os maiores índices de acessos na região Sudeste (57% da população), no segmento de pessoas com 15 anos ou mais de estudo (89,8%), e entre pessoas cujo rendimento domiciliar per capita ultrapassa 10 salários mínimos (89,9%); enquanto apresenta os menores índices na Região Nordeste (37,2%), entre pessoas com até 1 ano de estudo (5,4%) e pessoas com rendimento domiciliar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (23,9%).

Outra tecnologia que transformou o cenário das comunicações no país foi a telefonia móvel. De acordo com a pesquisa feita pelo IBGE, o número de pessoas com dez anos de idade ou mais que tinham telefone móvel para uso pessoal subiu de 56.258 em 2005 para 130.176 em 2013 (75,2% da população no país nessa faixa etária), um aumento de 131,4%. Segundo os dados disponibilizados pela ANATEL, o número de acessos ao serviço de telefonia móvel foi de 280,7 milhões em 2014. Importante frisar que além de serviços de telefonia móvel, os aparelhos celulares representam hoje em dia uma das principais formas de acesso à internet e televisão digital para grande parte da população brasileira.

Das novas TICs, a telefonia móvel é com certeza uma das mais presentes no território nacional. Porém ainda podem ser vistos traços semelhantes aos das outras tecnologias no que diz respeito à distribuição por partes distintas da população e do território brasileiros. Embora o acesso ao telefone móvel seja distribuído de forma mais homogênea pelas Grandes Regiões do país, a parcela da população com maiores índices de acesso corresponde à população urbana, com mais anos de estudo e com maior rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Tabela 7 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita – 2013

Classes de rendimento mensal domiciliar per capita	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	75,2	66,7	66,1	79,5	79,7	83,8
Sem rendimento a 1/4 do salário mínimo (2)	49,1	42,6	44,8	59,7	57,6	66,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	62,8	55,5	60,6	66,4	66,4	72,6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	72,4	69,7	67,9	74,5	73,6	79,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	82,5	81,7	80,2	82,7	82,3	86,8
Mais de 2 a 3 salários mínimos	89,4	90,5	91,2	89,0	88,0	92,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos	92,2	92,2	92,9	91,7	91,6	94,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	94,4	94,8	93,8	94,0	94,4	96,6
Mais de 10 salários mínimos	95,7	93,6	94,3	95,9	95,6	97,0
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.						
Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.						
(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar per capita .						
(2) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.						

Uma característica comum a todas as TIC anteriormente abordadas é a formação de um mercado oligopolizado. De acordo com os dados disponibilizados pela ANATEL, as quatro maiores empresas provedoras de internet banda larga, Telmex, Oi, Telefônica e GVT, foram responsáveis por mais de 87% dos acessos em março de 2015; na telefonia móvel, as quatro maiores, Vivo, TIM, Claro e Oi, ofereceram mais de 98% dos acessos; e na televisão por assinatura, as cinco maiores empresas controlavam mais de 91% do mercado no mesmo período.

A concentração é ainda maior quando consideramos que a Telmex, do empresário mexicano Carlos Slim, controla a Claro, a Embratel e a Net. A Telefônica por sua vez comprou a GVT em março de 2015 e controla a Vivo, operadora de telefonia móvel com maior parcela de mercado. As empresas apresentam ainda relações com grupos midiáticos nacionais já consolidados como é o caso do Grupo Globo, que participa das empresas Net e Sky, líderes do mercado de televisão a cabo, e controla a maior programadora de televisão paga do país, a Globosat.

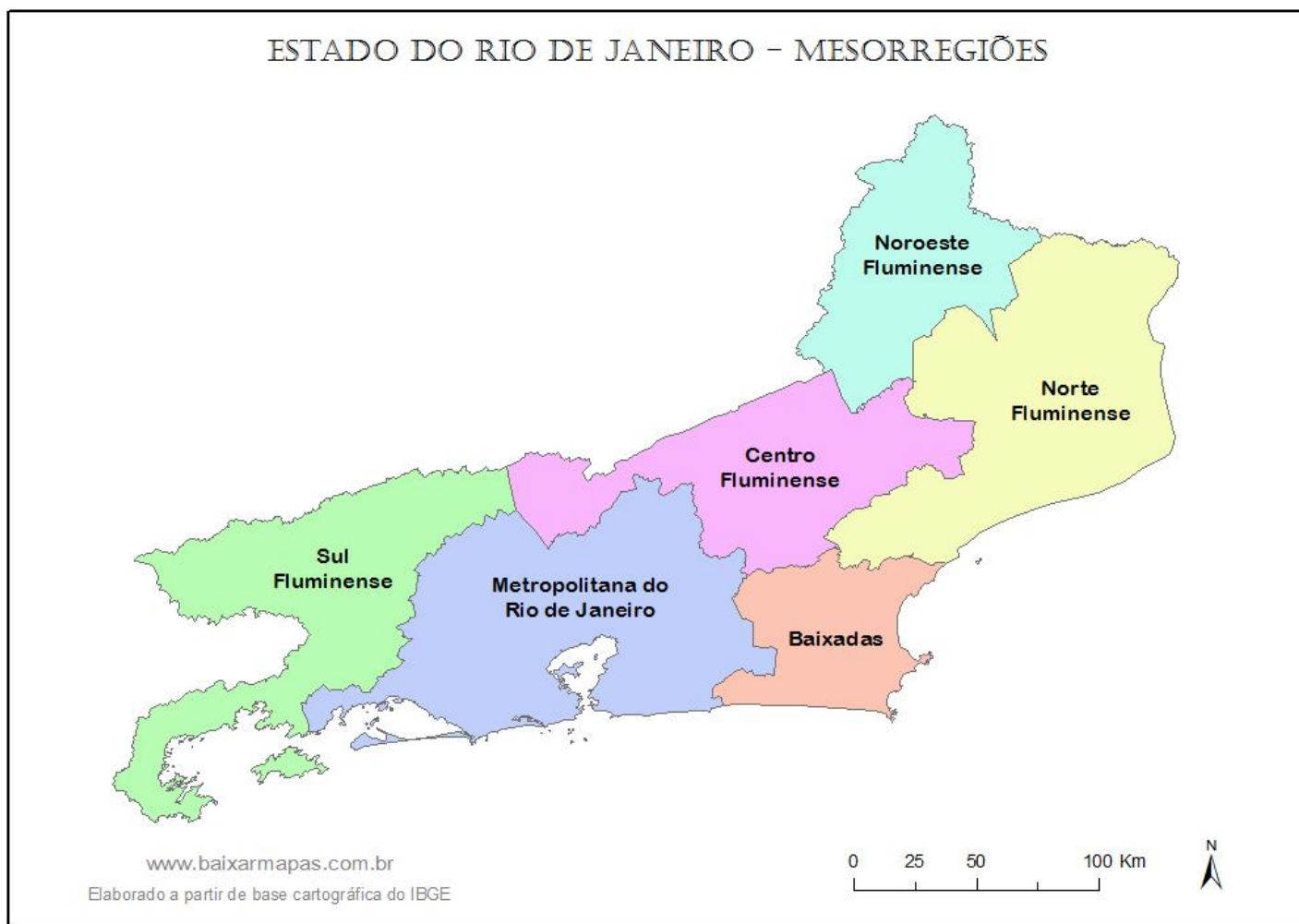
Como pudemos observar, o país vive uma época de expansão das novas tecnologias de informação e comunicação. Como resultado, temos a entrada de grupos internacionais e novos serviços que alteram significativamente o cenário das comunicações no Brasil. No entanto, os dados nos mostram que essa expansão acontece de forma desigual, favorecendo áreas urbanas, regiões mais ricas e parcelas mais abastadas da sociedade, dando manutenção ao isolamento de grande parte da população brasileira que ainda vive em áreas que não despertam os interesses econômicos dessas empresas de comunicação.

Além disso, a concentração dos meios de comunicação, como observado por Venício A. de Lima, encontra um “ambiente historicamente acolhedor no Brasil” (LIMA, 1998, p.4). O caráter oligopolista do mercado de comunicações, além de torná-lo frágil e não competitivo, facilita as ligações dos novos agentes aos grupos hegemônicos já estabelecidos. Dessa forma, podemos concluir que apesar da enorme expansão das novas TIC nos últimos anos, a dinâmica de poder que garante a hegemonia dos grupos controladores da mídia tradicional foi mantida através de negociações onde foram considerados os interesses econômicos das novas empresas e os interesses político-econômicos dos grupos hegemônicos nacionais.

3. DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE OUTORGAS

Este Capítulo tratará da análise de informações recolhidas a partir das bases de dados SISCOM e SIACCO, conforme explicado anteriormente. Primeiramente veremos a análise relativa às outorgas dos três municípios selecionados: Rio de Janeiro, Resende e Mendes. Nesta etapa serão colocadas as informações sobre as outorgas de rádio e televisão presentes nos municípios, dando enfoque à distribuição das outorgas entre eles e aos principais grupos controladores de empresas concessionárias.

Em seguida analisaremos detalhadamente os dados relativos às outorgas de televisão de todos os municípios do estado do Rio de Janeiro. Para isso dividiram-se os 92 municípios do estado nas seis mesorregiões criadas pelo IBGE. Nesta etapa continuaremos dando destaque aos detentores de outorgas e à distribuição destas, atentando às diferenças entre municípios e mesorregiões.



Disponível em <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-rio-de-janeiro-dividido-em-mesorregioes/>

3.1. RIO DE JANEIRO, RESENDE E MENDES

Ao analisarmos os dados dos três municípios selecionados conseguimos ter uma melhor noção de como estão distribuídas as outorgas de rádio e televisão pelo estado. Somando-se todas as outorgas encontradas temos um total de 96, das quais 41 correspondem a serviços de rádio e as outras 55 correspondem a serviços de televisão.

Outorgas por município				
	Rio de Janeiro	Resende	Mendes	Total
TVD	9	1	0	10
TV	8	1	0	9
RTV	22	11	3	36
OM	16	2	0	18
OC	3	0	0	3
OT	1	0	0	1
FM	17	2	0	19
total	76	17	3	96
%	79,16%	17,70%	3,12%	100%

Em relação às outorgas de rádio encontradas nos três municípios é possível perceber uma distribuição claramente desigual. Em Mendes, o menor dos três, não foram encontradas outorgas de rádio em nenhuma das bases de dados consultadas. Resende possui em seu território apenas 4 outorgas de rádio, sendo 2 para frequência modulada (FM) e 2 para ondas médias (OM). A capital do estado concentra 90% das outorgas de rádio encontradas nessas três cidades com um total de 37 outorgas divididas entre os serviços Ondas Médias (OM), Frequência Modulada (FM), Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT).

No Rio de Janeiro, entre os grupos detentores de outorgas, os mais relevantes são o grupo Globo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Pentecostal Deus é Amor. Na cidade foram encontradas 10 outorgas de rádio controladas por grupos religiosos entre eles a Igreja Renascer em Cristo, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Fundação João Paulo II, além das anteriormente citadas. Foi encontrada também uma rádio em nome de Yvelise Oliveira, casada com Arolde Oliveria, deputado federal do Rio de Janeiro por oito mandatos consecutivos.

Em Resende, apesar do pequeno número de outorgas de rádio do município, foi possível encontrar duas outorgas controladas por um grupo que possui ligações com políticos. Este grupo se chama Fundação Porto Real e possui grande relevância na política e economia regionais. Falaremos mais detalhadamente sobre este e outros grupos de relevância regional no próximo capítulo.

As outorgas de televisão encontradas repetem o caráter desigual na divisão entre os municípios estudados. Mendes novamente ficou com o menor número de outorgas de televisão, contando com apenas 3 outorgas em seu território. Em Resende foram encontradas 13 outorgas de televisão, uma de TV (geradora de televisão analógica), uma de TVD (geradora de televisão digital) e 11 de RTV (outorgas de retransmissão). O Rio de Janeiro foi novamente o município com o maior número de outorgas de televisão entre os três, com um total de 39 outorgas.

Os grupos com maior número de outorgas na capital do estado são os grupos Globo, IURD (que controla a Rede Record), Band, grupo Silvio Santos (controlador do SBT) e o grupo Tele TV, controlador da Rede TV. Juntos estes grupos controlam um total de 17 outorgas de televisão além de terem o conteúdo gerado por suas empresas veiculado na programação de diversas outras empresas afiliadas. Foram encontradas 12 outorgas controladas por grupos religiosos na cidade do Rio de Janeiro. Os principais são: IURD, o grupo R.R. Soares, Assembleia de Deus e a FJPIL.

Em Resende e Mendes o grupo com o maior número de outorgas de televisão é o grupo regional Rio Sul. Grande afiliado da Rede Globo no estado do Rio de Janeiro, este grupo exerce grande influência sobre a região em que atua. Possui relação direta com a política a qual será vista mais detalhadamente no próximo capítulo. Em ambos os municípios encontramos duas outorgas de retransmissão de televisão controladas por suas respectivas prefeituras, característica bem comum nos demais municípios do estado, como veremos mais adiante. Há ainda a presença de outorgas controladas por dois grupos ligados a religião, IURD e FJPIL.

Neste primeiro momento de análise dos dados recolhidos já conseguimos fazer observações sobre a radiodifusão no estado. Primeiramente podemos ver como a capital do estado, com uma população e uma economia muito maiores do que as dos outros dois municípios, concentra a maior parte absoluta das outorgas de rádio e televisão. Há, portanto, um sistema no qual a produção de conteúdo para televisão se restringe aos grandes centros enquanto aos municípios menores resta um papel secundário de retransmitir esse conteúdo através de retransmissoras ou geradoras de empresas afiliadas.

Outra constatação importante é a da presença de grupos regionais que simultaneamente controlam meios de comunicação em uma cidade e exercem influência política sobre ela. O mapeamento desses grupos e a forma como influenciam as regiões onde se encontram seus meios de comunicação será um dos pontos principais deste trabalho. Ao fim da análise dos dados conseguiremos perceber melhor de que maneira a ação desses grupos se insere no conceito de coronelismo eletrônico adotado por nós.

Após termos analisado a forma como as outorgas de rádio e televisão se apresentam nos municípios do Rio de Janeiro, Resende e Mendes, passaremos à próxima etapa que consiste em analisar a distribuição das outorgas de televisão de todos os municípios do estado do Rio de Janeiro a fim de aprofundarmos o trabalho de identificação dos grupos e agentes relevantes.

3.2. MESORREGIÃO METROPOLITANA

A mesorregião metropolitana é a mais densamente povoada do estado, contando com mais de 12 milhões e meio de habitantes no ano de 2010, e a mais rica, com um PIB a preços correntes de aproximadamente R\$ 341 bi, estimado em 2012 pelo IBGE. É composta por 30 municípios, entre eles a capital, Rio de Janeiro, e é a mesorregião que apresenta o maior número de municípios com mais de cem mil habitantes.

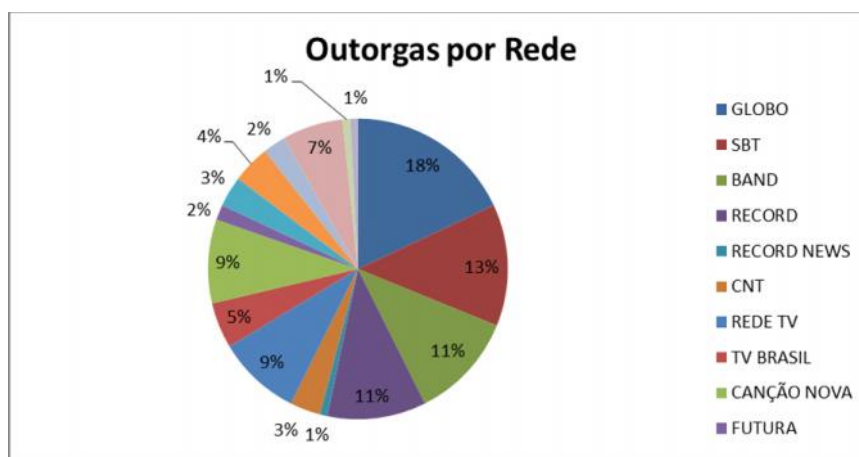
A mesorregião mais rica do estado é também a que conta com o maior número de outorgas de televisão. Ao todo são 125 outorgas, 31% do total encontrado em território fluminense de acordo com as bases de dados SIACCO e SISCOM. Do total de outorgas de televisão da mesorregião em questão, 102 são para retransmissão de televisão, 11 são geradoras de televisão digital e 12 são geradoras de televisão analógica.

Dos 30 municípios que a compõem, 22 possuem outorgas de televisão, ou seja, quase um terço dos municípios não conta com outorgas próprias. Apenas quatro municípios apresentam outorgas de geradoras de TV e TVD: Niterói, Petrópolis, São Gonçalo e Rio de Janeiro, sendo que neste último se encontram 74% das outorgas para geradoras de TV e TVD. As outorgas de retransmissão também se distribuem geograficamente de forma desigual. De um total de 102, 22 estão concentradas na capital. Se separarmos os nove municípios com mais outorgas de retransmissão, incluindo a capital, veremos que juntas concentram 84 outorgas, deixando os demais 21 municípios com uma média de apenas 1,23 retransmissoras por município.

Com relação à propriedade das empresas outorgadas, os principais grupos são os grandes grupos midiáticos nacionais. Os grupos com o maior número de outorgas na mesorregião são a Igreja Universal do Reino de Deus e a Fundação João Paulo II, que contam com 11 outorgas cada. O grupo Globo possui 7 outorgas, sendo 2 geradoras de TV analógica, 2 geradoras de TV digital e 3 retransmissoras. Os grupos Silvio Santos, Bandeirantes, Rede TV, possuem respectivamente 10, 3 e 5 outorgas de televisão. Juntos esses grupos controlam 47 outorgas, o que representa 38% do total de outorgas encontradas na região ou 55% se considerarmos somente as outorgas não ligadas ao governo e a empresas estatais. Os grupos Globo, Silvio Santos, Bandeirantes, Rede TV e IURD controlam juntos 52% das outorgas de geradoras de TV e TVD.

De acordo com os critérios adotados para a pesquisa, 10,4% das outorgas encontradas na região estão em nome de empresas cujos sócios são políticos ou possuem ligação com políticos. O número de outorgas pertencentes a empresas ligadas a igrejas é maior, chegando a um total de 30, 24% das outorgas da região. Vale ressaltar a importância do grupo Salgado de Oliveira na região. Este grupo possui 3 outorgas de televisão na mesorregião metropolitana, sendo duas geradoras em São Gonçalo e uma retransmissora em Maricá. As duas outorgas de geradoras do grupo estão entre o pequeno grupo de televisões educativas do estado. O grupo Salgado de Oliveira será abordado com maior profundidade no próximo capítulo por possuir ligação direta com um político, além de controlar uma universidade em São Gonçalo.

Em relação ao conteúdo veiculado nos municípios desta região, seis redes são transmitidas em aproximadamente 69% das outorgas encontradas. A maior parcela pertence à Rede Globo, sendo transmitida a partir de 22 outorgas (17% do total). O SBT é transmitido em 16 das outorgas, a Bandeirantes e a Record tem seu sinal veiculado por 14 e 13 respectivamente, enquanto a Rede TV e a Canção Nova (pertencente à Fundação João Paulo II) transmitem em 11 cada. Ao somarmos todas as outorgas que veiculam conteúdo gerado por grupos ligados a alguma igreja, temos um total de 35, 28% do total de televisões da região.



Fonte: Elaboração própria.

3.3. MESORREGIÃO SUL FLUMINENSE

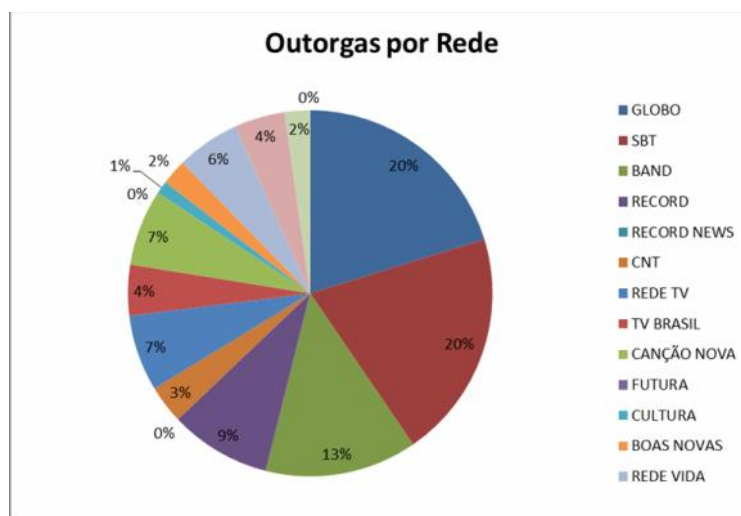
A mesorregião Sul Fluminense possui a segunda maior população entre as seis mesorregiões que compõem o estado do Rio de Janeiro com aproximadamente um milhão de habitantes, segundo o IBGE. Seu PIB em 2012 foi de R\$ 41.250.503 mil. É composta por 14 municípios, dos quais o maior é Volta Redonda, com uma população de 257.803 habitantes estimada pelo IBGE em 2010. Faz divisa com os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Nesta parcela do estado foram encontradas 95 outorgas de televisão, colocando-a em segundo lugar no ranking entre as mesorregiões fluminenses. Das 95 outorgas encontradas, 90 são de retransmissoras de televisão, 3 são de geradoras de televisão analógica e 2 são de geradoras de televisão digital.

As outorgas da região se dividem geograficamente da seguinte forma: 3 dos 14 municípios não possuem outorga alguma (Quatis, Porto Real e Pinheiral), os cinco únicos municípios com mais de 100 mil habitantes possuem aproximadamente 68% das outorgas de televisão; Barra Mansa com 8, Resende com 13, Volta Redonda com 12, Barra do Piraí com 11 e Angra dos Reis com 21 outorgas. Em apenas 3 dos 14 municípios foram encontradas geradoras de televisão, Barra Mansa, Resende e Volta Redonda.

Os grupos proprietários de empresas concessionárias que controlam o maior número de outorgas de televisão são o grupo Silvio Santos, a Editora 3 (proprietária da revista Isto É), o grupo Rio Sul, a IURD e a Fundação João Paulo II com respectivamente 12, 8, 8, 7 e 6 outorgas. Juntos, os cinco grupos controlam 43% de todas as outorgas da região e 75% das não estatais. Essa região apresenta 36% de suas outorgas de televisão distribuída entre as prefeituras de seus municípios e 6 outorgas de RTV sob o controle da empresa estatal Eletrobrás Termonuclear, todas em Angra dos Reis.

A mesorregião Sul Fluminense apresenta 11 outorgas sob o controle de empresas cujos sócios são ou tem relação com políticos, o que representa aproximadamente 11,6% das outorgas da mesorregião. As empresas controladas por igrejas detêm 21 outorgas ao todo. Nesta mesorregião encontra-se um grupo regional de grande relevância, o grupo Rio Sul. Este é um grande afiliado do grupo Globo no estado, e 8 de suas 10 outorgas se encontram nesta região, dentre elas estão 2 das 5 geradoras da mesorregião Sul Fluminense. Além do grande número de outorgas, este grupo se destaca por possuir ligações diretas com políticos e grandes grupos nacionais de mídia, por esse motivo será visto com maior grau de detalhamento no próximo capítulo.



Fonte: Elaboração própria.

O conteúdo veiculado pelas empresas outorgadas se concentra em 6 grandes redes. As maiores são a Globo e o SBT, transmitindo seu conteúdo através de 18 outorgas cada. Em seguida encontramos a Bandeirantes com 12, a Record com 8 e por último a Rede TV e a Canção Nova com 6 cada uma. Juntas, as redes supracitadas transmitem suas programações em aproximadamente 72% das outorgas de televisão desta região. Ainda com relação ao conteúdo, o número de outorgas cuja programação é gerada por empresas controladas a alguma igreja é de 23, aproximadamente 24% das outorgas de televisão da localidade.

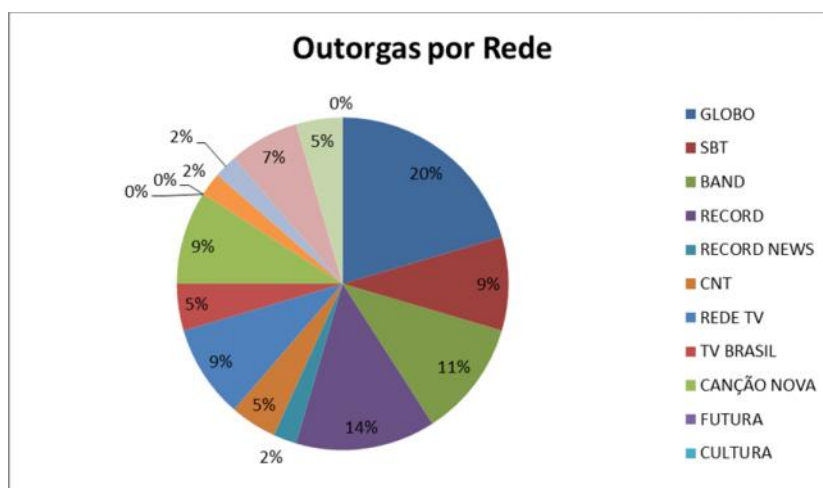
3.4. MESORREGIÃO NORTE FLUMINENSE

A mesorregião do Norte Fluminense é a que possui o menor número de municípios integrantes, apenas nove, e a terceira em população, com 850 mil habitantes em 2010. No entanto é a que apresenta o segundo maior PIB, aproximadamente R\$ 72 bi em 2012, e o maior PIB per capita de todas as mesorregiões. Isso se deve ao fato de que os *royalties* provenientes da exploração do petróleo contribuem imensamente para a economia local. Campos dos Goytacazes, seu maior município e o mais beneficiado pelos *royalties*, teve em 2012 um PIB de R\$45 bi, perdendo somente para os R\$ 221 bi da capital do estado.

Nas bases de dados consultadas foram encontradas 44 outorgas de televisão relativas a esta região, sendo 2 de geradoras de televisão analógica, 2 de televisão digital e 40 retransmissoras. Dos municípios integrantes, um terço não possui nenhuma outorga para serviços de televisão, são eles Carapebus, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira. Entre os municípios que as tem, as outorgas se distribuem de forma desigual. Campos dos Goytacazes fica em primeiro lugar com um total de 19 outorgas (entre elas todas as geradoras), seguida por Macaé com suas 15 retransmissoras. Quando somadas, as outorgas dos dois municípios correspondem a um pouco mais que 77% do total de outorgas do Norte Fluminense.

Os cinco maiores grupos controlam 45,5% do total de outorgas do norte fluminense e 64,5% das não estatais. A divisão entre os grupos proprietários de empresas outorgadas coloca a IURD em primeiro lugar com 6 outorgas: 2 geradoras e 4 retransmissoras. Em seguida encontramos a Fundação João Paulo II e o grupo Inter TV com 4 cada, e por último o SBT e o grupo Tele TV com 3 cada uma. Nesta mesorregião 7 retransmissoras estão em nome das prefeituras dos municípios que dela fazem parte e 4 em nome da PETROBRÁS, todas elas em Campos dos Goytacazes.

No Norte Fluminense foram encontradas 17 outorgas em nome de empresas controladas por grupos religiosos, o que corresponde a aproximadamente 38,6% de todas as outorgas de televisão da região. Nela encontramos o maior índice de outorgas controladas por grupos que relacionados com políticos do estado, 16% do total. Contribuem para tal índice o grupo Universo, citado anteriormente e o grupo Inter TV, um dos maiores afiliados ao grupo Globo no país e que apresenta relações com políticos que serão vistas mais adiante.



Fonte: Elaboração própria.

A rede Globo de televisão transmite seu conteúdo em 9 outorgas da mesorregião do Norte Fluminense, sendo a mais difundida das redes. Juntas, as 6 maiores redes ocupam mais de 63% das outorgas norte fluminenses. Além da supracitada, são elas: Record, transmitida em 6; Bandeirantes, transmitida em 5; SBT e Canção Nova, que têm suas programações veiculadas a partir de 4 outorgas cada uma. No total encontramos 15 outorgas transmitindo conteúdo gerado por empresas pertencentes a grupos religiosos.

3.5. MESORREGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

Banhada pelo oceano atlântico, a mesorregião das Baixadas Litorâneas é composta por 10 municípios. Em 2012 o IBGE estimou o PIB dos municípios da região em um total de aproximadamente 35 bilhões de reais, e sua população de 700 mil pessoas a torna a quarta mesorregião mais populosa do estado. Seu maior município é Cabo Frio, com um PIB acima de R\$12 bi em 2012 e uma população superior a 186 mil habitantes em 2010.

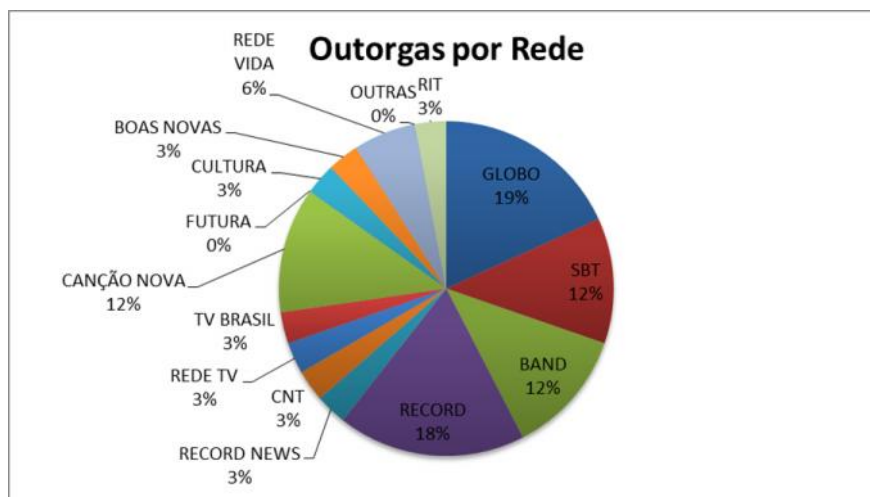
De acordo com as bases de dados analisadas, os municípios das baixadas litorâneas têm atribuídas a seus territórios um total de 33 outorgas de televisão. Dessas, somente duas são geradoras, uma de televisão analógica e outra de digital, e ambas se encontram no município de Cabo Frio. Com esse número, as baixadas litorâneas podem ser consideradas a mesorregião com o menor número de outorgas de televisão do estado.

A distribuição das outorgas entre os municípios mantém o caráter desigual. Menos da metade dos municípios têm atribuídos a seus territórios um conjunto de 26 outorgas, o que corresponde a 79% das outorgas da mesorregião. As outorgas correspondentes a Cabo Frio, município com maior número de outorgas, são 12, dentre elas as 2 únicas geradoras. As outras cidades concentradoras de outorgas são Araruama e Casimiro de Abreu com 5 cada, e Saquarema com 4 retransmissoras.

Os grupos que controlam com suas empresas o maior número de outorgas na região são a IURD, a FJPII, o grupo Inter TV e o grupo Bandeirantes, com respectivamente 6, 4, 3 e 3 outorgas. Ao somarmos todas, vemos que os grupos citados anteriormente controlam um total de 48% das outorgas da região, e 64% se desconsiderarmos as 8 outorgas distribuídas entre as prefeituras municipais da região e uma do governo federal.

Nessa região encontramos um índice de 42,4% de outorgas de empresas controladas por grupos que representam ou possuem relação com alguma igreja, o maior entre todas as mesorregiões do estado. Isso ocorre, além da predominância da IURD e da FJPII como grupos detentores de outorgas em território fluminense, pela presença de um elevado número de outros grupos ligados a igrejas, como a Assembleia de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e o grupo Monteiro de Barros, ligado à igreja católica. A região conta ainda com um total de 4 outorgas sob o controle de grupos que têm ligação com políticos, 3 do grupo Inter TV, e 1 sob o comando do grupo de R.R. Soares, de cuja relação com a política trataremos no capítulo a seguir.

Em relação à programação veiculada a partir dessas outorgas, as maiores redes são a Rede Globo e a Record, que transmitem sua programação a partir de 6 outorgas; e o SBT, a Bandeirantes e a Canção Nova que contam com 4 retransmissoras cada. A programação gerada por essas redes está presente em mais de 72% das outorgas de televisão da região. Ainda em relação à programação transmitida, a mesorregião das Baixadas Litorâneas é também a que possui o maior índice de outorgas que transmitem conteúdo gerado por grupos ligados a algum grupo religioso (45,5%), consequência da influência dos grupos citados no parágrafo anterior.



Fonte: Elaboração própria.

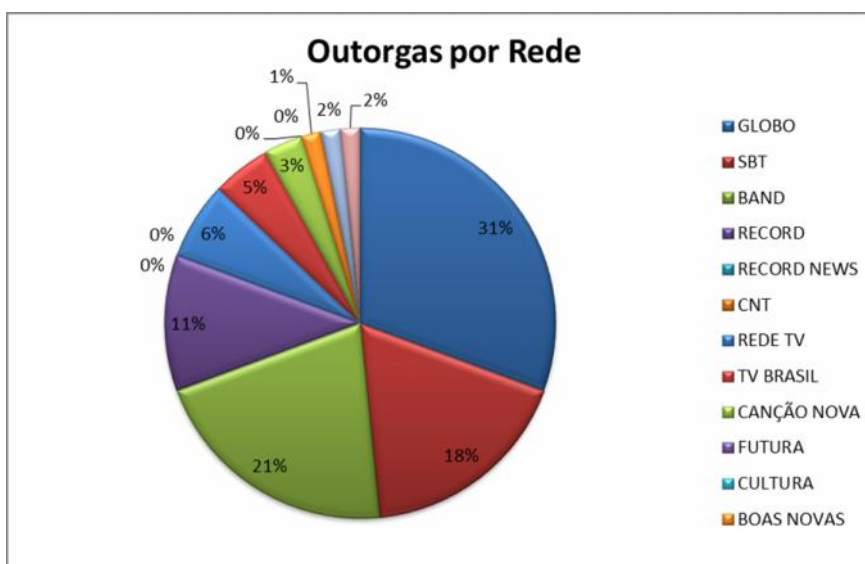
3.6. MESORREGIÃO CENTRO FLUMINENSE

A mesorregião do Centro Fluminense é dividida em 4 microrregiões nas quais se distribuem os 16 municípios que a formam. Faz divisa com o estado de Minas Gerais é a única que faz divisa com todas as outras cinco mesorregiões. Com cerca de 481 mil habitantes de acordo com o Censo 2010, e um PIB de quase 10 bilhões de reais estimado em 2012, o Centro Fluminense é a segunda mesorregião menos populosa e a segunda mais pobre. Seu maior e mais conhecido município é Nova Friburgo.

O Centro Fluminense tem a menor proporção de municípios sem outorgas quando comparado com as demais mesorregiões. Somente dois dos municípios se encontram nessa situação, Macuco e Comendador Levy Gasparian, ambas com uma população inferior a dez mil habitantes. Em Nova Friburgo se concentram 10 outorgas, das quais 4 são as únicas de geradoras de televisão da mesorregião, 2 de TV e 2 de TVD. A metade dos municípios com mais outorgas concentram quase 80% do total de concessões do Centro Fluminense.

Entre os grupos proprietários de empresas concessionárias de outorga os que se mostraram mais relevantes na região foram, nessa ordem: o grupo Silvio Santos, com 2 geradoras e 3 retransmissoras; a IURD, com 4 retransmissoras; o grupo Inter TV, com 2 geradoras e 2 retransmissoras; e a FJPII com 2 retransmissoras. Juntos, eles controlam 60% das outorgas não estatais. Foram encontradas 37 outorgas de retransmissão de televisão em nome das prefeituras dos municípios do Centro Fluminense. Isto representa algo próximo de 60% do total da região, o que torna essa mesorregião a com o maior índice de outorgas sob o controle de prefeituras municipais.

Entre as outorgas analisadas apenas 5 foram consideradas como sendo controladas por grupos ligados a políticos, o que significa um índice de apenas 8%, o mais baixo entre as regiões comparadas. Essa também é a região com o menor número de outorgas controladas por grupos com ligação a alguma religião, apenas 7 foram encontradas, e as maiores responsáveis são a IURD e a FJPII.



Fonte: Elaboração própria.

A rede com maior alcance no Centro Fluminense é a Globo, tendo sua programação transmitida em 19 outorgas, mais de 30% do total. Quando somadas às transmissoras e retransmissoras que veiculam as programações das redes SBT, Bandeirantes, Record e Rede TV, vemos que mais de 87% das outorgas transmitem conteúdo gerado por esses cinco grupos nacionais. A programação produzida por grupos religiosos é transmitida em apenas 11 das outorgas da mesorregião em questão.

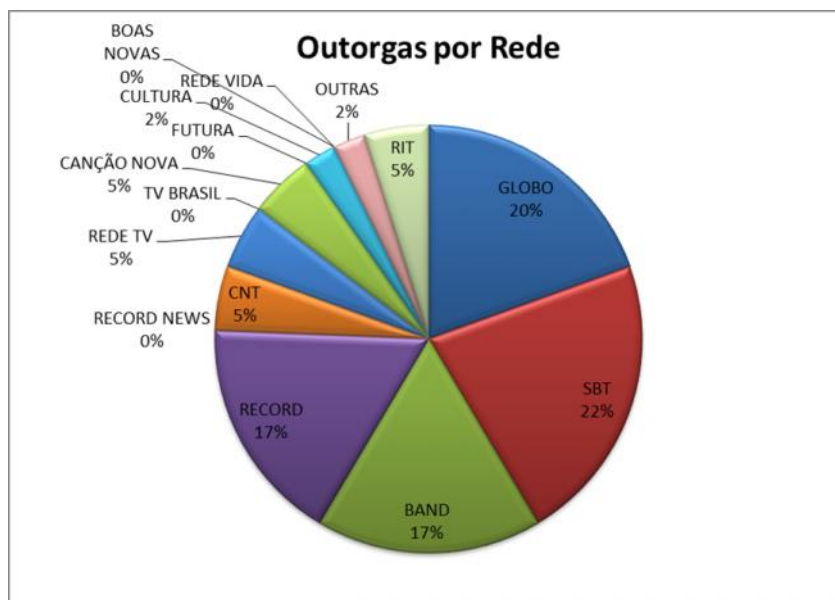
3.7. MESORREGIÃO DO NOROESTE FLUMINENSE

A mesorregião do Noroeste Fluminense é composta por treze municípios e faz divisa com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Esta mesorregião é a menos povoada das seis com um pouco mais de 300 mil habitantes de acordo com o Censo 2010, e a que apresentou o menor PIB em 2012, aproximadamente 4,5 bilhões de reais naquele ano. Seu município mais importante é Itaperuna, com uma população de quase cem mil habitantes estimada para 2015.

Nesta parcela do território fluminense foram encontradas 41 outorgas de televisão, todas para retransmissoras. Das treze cidades que a formam, cinco não possuem nenhuma outorga de televisão e as quatro cidades com o maior número de outorgas (Itaperuna, Natividade, Cambuci e Santo Antônio de Pádua), possuem em seu território 29 retransmissoras somadas entre si, o que corresponde a 70% de todas as outorgas para retransmissoras do Noroeste Fluminense.

Nesta mesorregião também encontramos um alto índice de outorgas de televisão em nome das prefeituras dos municípios que a formam. Ao todo são 17 outorgas controladas por prefeituras, aproximadamente 41% de todas as outorgas encontradas na região. Entre os grupos privados que controlam outorgas na região o que mais se destaca é a IURD com 5 retransmissoras, seguido do grupo Silvio Santos com 4, e dos grupos OM, Inter TV e R.R. Soares com 2 retransmissoras cada. Desconsiderando-se as outorgas em nome das prefeituras, esses cinco grupos controlam 62,5% das outorgas de retransmissão encontradas.

Entre as 41 outorgas analisadas encontramos 6 cujos grupos proprietários apresentam algum tipo de relação com políticos, 2 do grupo InterTV, 2 das Organizações Martinez (OM) e 2 de R.R. Soares. Já o número de outorgas controladas por grupos religiosos foi maior, com 8 retransmissoras controladas pelos grupos IURD, FJPII e Igreja Internacional da Graça de Deus, controlada pelo missionário R.R. Soares.



Fonte: Elaboração própria.

A programação veiculada pelas retransmissoras do Noroeste Fluminense é intensamente concentrada por quatro grandes redes nacionais: SBT, transmitido em 9 retransmissoras, Globo em 8; e Bandeirantes e Record em 7 cada uma. Juntas, estas redes dominam a programação de 75% das retransmissoras da região. As redes controladas por grupos religiosos são transmitidas em 11 das retransmissoras da região e são controladas pelos grupos citados no parágrafo anterior.

3.8. TELEVISÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro é a segunda maior economia do país, só ficando atrás de São Paulo; e tem a terceira maior população, sendo superado por Minas Gerais e novamente por São Paulo. Em termos de comunicação o estado também se destaca em relação ao restante do país, com sua população tendo altos índices de acesso aos mais variados meios de comunicação. Após a análise detalhada das mesorregiões, veremos de que forma a televisão aberta se apresenta no estado e o que esse meio de comunicação em massa pode dizer sobre a realidade da comunicação no Brasil.

Pode-se notar que a distribuição geográfica das outorgas de televisão se dá de maneira completamente desigual entre municípios e mesorregiões. A mesorregião metropolitana se destaca na geografia da radiodifusão fluminense com mais de 30% de todas as outorgas encontradas no estado, dentre elas 23 das 38 geradoras de televisão analógica e digital. O grande destaque é a capital do estado, com um número de outorgas muito superior à média do estado. Assim como visto anteriormente na comparação entre os municípios de Resende, Mendes e Rio de Janeiro, a capital conta com um grande número de outorgas, enquanto os outros contam com um número muito inferior (majoritariamente retransmissoras) ou não chegam a ter nenhuma outorga em seu território, como é o caso de 23 municípios fluminenses.

Mesorregiões	população	PIB (em mil R\$)	Municípios	Sem Outorga	Outorgas de TV	Prefeitura ¹	Políticos ²	Religião ³
Estado do Rio de Janeiro	15.989.929	504.221.373	92	23	400	138	46	97
Metropolitana	12.578.485	340.880.588	30	8	125	33	13	30
Sul Fluminense	1.062.237	41.250.503	14	3	95	34	11	21
Norte Fluminense	849.515	72.160.217	9	3	44	9	7	17
Mesorregião das Baixadas	700.842	35.328.688	10	2	33	8	4	14
Centro Fluminense	481.357	9.926.112	16	2	62	37	5	7
Noroeste Fluminense	317.493	4.675.265	13	5	41	17	6	8

1) Número de outorgas controladas por prefeituras

2) Número de outorgas controladas por empresas cujos sócios estão relacionados à política

3) Número de outorgas controladas por grupos religiosos

Essa concentração também ocorre quando tratamos do número de agentes que controlam a televisão no estado. Os grupos Globo, Silvio Santos, Bandeirantes, IURD, InterTV, Rede TV, FJPII, R.R. Soares, Rio Sul, Monteiro de Barros, Organizações Martinez e Editora³ controlam através de suas empresas mais de 50% das outorgas do estado. Considerando-se que aproximadamente 34% das outorgas são controladas por prefeituras municipais, e que estas outorgas retransmitem o conteúdo gerado pelas empresas de propriedade dos grupos citados, temos um total de 84% das outorgas de televisão do Rio de Janeiro transmitindo uma programação produzida por uma dúzia de agentes.

Observa-se também a presença de grupos empresariais ligados à política ou a religiões em todo o estado. Esses grupos, sejam eles grandes grupos nacionais ou que apenas exerçam influência regional, terão, no capítulo seguinte, seus sócios e controladores mais importantes identificados a fim de que seja possível entender de que forma estão inseridos no panorama da radiodifusão nacional. Por enquanto é importante notar que esses grupos estão presentes em todas as mesorregiões do estado e na grande maioria dos municípios. Faz-se necessário, portanto, olhar em detalhe cada um desses agentes para que possamos levar adiante o estudo do coronelismo eletrônico no Rio de Janeiro.

4. RADIODIFUSÃO E POLÍTICA

Com a análise do cruzamento de dados fomos capazes de identificar como os grupos proprietários de empresas concessionárias de outorgas de radiodifusão estão distribuídos pelo estado. Podemos ainda destacar entre eles aqueles que possuem uma relação direta com a política, seja em âmbito nacional ou regional, ou com grupos religiosos. No entanto, ainda não foram dadas informações detalhadas sobre cada grupo específico.

Neste capítulo serão analisados mais profundamente os agentes envolvidos com a radiodifusão fluminense. O objetivo é olhar cada grupo e indivíduo identificado nas etapas anteriores a fim de entendermos qual o tipo de relação que possuem com a política e qual sua relevância no panorama político estadual e nacional. Daremos destaque também ao alcance que as redes em discussão possuem, começando por aquelas de relevância regional e posteriormente passando para as que possuem um alcance de proporções nacionais. Outro aspecto abordado será a ligação que alguns desses grupos possuem com instituições religiosas e de que forma se inserem no universo da política.

4.1. GRUPOS REGIONAIS

4.1.1. SISTEMA PORTO REAL DE COMUNICAÇÃO

O município de Porto Real é o que sofre a maior influência deste grupo. Por se tratar de um ex-distrito de Resende, todas as outorgas atuantes em Porto Real se encontram ainda endereçadas em Resende. Os meios de comunicação controlados pelo grupo Renato Monteiro se encontram todos na região sul fluminense: Rádio Real FM 93,9, Resende; Rádio 101 FM, Volta Redonda Rádio CBN AM, Volta Redonda Rádio Stereosul 104,9 FM, Volta redonda e Rádio Agulhas Negras AM 640Khz, Resende.

Além da radiodifusão, a família Monteiro da Costa possui uma série de negócios baseados na cidade. Luiz Eduardo Tarquinio Monteiro da Costa, Elizabeth Tarquinio Monteiro da Costa e Maria Antonietta Tarquinio Monteiro da Costa, que aparecem alternadamente como sócios das rádios supracitadas também aparecem nos quadros societários de duas empresas do ramo de bebidas instaladas em Porto Real: a Companhia Fluminense de Refrigerantes (engarrafadora da Coca-Cola no Brasil) e a Kabra Distribuidora de Bebidas LTDA (comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante); e uma do ramo de gêneros agrícolas, A Porto Real S.A. Comércio, Indústria e Agropecuária. De acordo com matéria do portal UOL Economia, publicada em 29/8/2014, Luiz Eduardo Tarquinio Monteiro da Costa, presidente das empresas citadas acima, alcançou a marca de um bilhão de reais de patrimônio em 2014, entrando para a lista de bilionários da revista Forbes Brasil.

De acordo com Raphael Jonathas da Costa Lima (2005), a recente emancipação de Porto Real conta com a participação da família Monteiro da Costa que, desde a década de 60, possui grande influência econômica e política sobre a região. Temos como exemplo a eleição do primeiro prefeito a tomar posse depois da emancipação, em 1997, Sérgio Bernardelli, que além de fazer parte do grupo desde 1961, consta como sócio de duas das empresas outorgadas do Sistema Porto Real de Comunicação.

De acordo com Lima, partir da emancipação do município, o que se viu foi uma forte participação do grupo na gestão do município, cuja política de atração de investimentos muitas vezes serviu para beneficiar o grupo. A família conta ainda com um braço financeiro, o Banco Porto Real de Investimentos S.A., presidido por Luiz Eduardo Tarquinio Monteiro da Costa, e um braço social/educativo representado pela figura da Fundação Porto Real, em cujo quadro de diretores figuram além dos Monteiro da Costa, representantes da classe industrial instalada no município.

4.1.2. REDE RIO SUL (*GRUPO CÉZAR COELHO*)

O grupo exerce grande influência sobre o município de Resende e região sul do estado do Rio de Janeiro, onde, a partir da empresa TV RIO SUL LTDA, maior afiliada à Rede Globo no estado, possui nove outorgas de TV: uma TV Digital e uma geradora em Resende e sete retransmissoras nos municípios de Barra Mansa, Parati, Mendes, Resende, Três Rios e Volta Redonda.

O grupo é composto principalmente por:

Ronaldo César Coelho, administrador de empresas e político. Foi dono do Banco Multiplic, cuja venda o deixou milionário. Como político, exerceu diversas vezes o cargo de deputado federal do Rio de Janeiro, fundou o PSDB, foi secretário estadual de Indústria e Comércio no governo Marcello Alencar e Secretário de Saúde do Rio de Janeiro na gestão César Maia. Foi considerado algumas vezes o candidato mais rico das eleições, chegando a declarar em 2010 um total de R\$ 436.598.108,15.

Arnaldo César Coelho, irmão de Ronaldo César Coelho, ex-árbitro de futebol, comentarista esportivo na Rede Globo de Televisão e empresário. Foi acionista majoritário da corretora de valores Liquidez, vendida em 2009. É acionista da TV RIO SUL LTDA.

Guilherme César Coelho, filho de Ronaldo César Coelho, diretor e produtor de cinema e TV. É acionista majoritário da empresa Rabbit Administração e Participações LTDA, que por sua vez possui 50% das ações da TV RIO SUL LTDA.

Além das empresas já citadas, Arnaldo e Ronaldo são sócios da Samambaia Empreendimentos e Participações LTDA, empresa do ramo imobiliário e holding do grupo Multiplic, cujas quotas do capital social declaradas para as eleições de 2010 ultrapassam os cem milhões de reais.

Outra organização controlada pelo grupo é o Instituto São Fernando, uma organização não governamental, que exerce atividades voltadas para as áreas de educação, agroecologia e patrimônio histórico cultural a partir de parcerias com o poder público. Entre os principais parceiros do instituto são o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a prefeitura de Vassouras.

4.1.3. SISTEMA SUL FLUMINENSE DE COMUNICAÇÃO (SSFC)

O Sistema Sul Fluminense de Comunicação é uma rede que detém um total de 7 outorgas de rádio: Rádio Califórnia 99,3FM (Barra do Pirai), Rádio Centro Sul 105,5FM (Vassouras), Rádio 101,5FM (Volta Redonda), Rádio Sul Fluminense 1390 AM e 96,1 FM (Barra Mansa), Rádio Sociedade (Barra Mansa) e Rádio Cidade do Aço 103,3FM (Barra Mansa); e possuía até 2004 uma outorga de TV, a TV Sul Fluminense (afiliada à rede Bandeirantes), que cobria a área de Barra Mansa e volta Redonda.

Todas as outorgas do grupo são controladas pela família Nader, que tradicionalmente ocupa cargos eletivos nos municípios de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e Bananal em São Paulo, onde exercem grande influência de acordo com os dados encontrados durante a pesquisa. Os mais importantes membros da família Nader a ocuparem cargos eletivos no estado fluminense são:

Féres Nader foi prefeito de Barra Mansa no período de 1973 a 1977 pelo partido ARENA e deputado federal do Rio de Janeiro pelo PTB/RJ de 87 a 95 tendo sido reeleito uma vez. É o presidente do Sistema Sul Fluminense de Comunicação (SSFC). Sua esposa, Eny Theodoro Nader, e seu filho, Pedro José Nader Neto, constam como sócios em todos os veículos da rede.

Carlos Frederico Theodoro Nader assumiu duas vezes como suplente de deputado federal pelo PFL/RJ, em 1999 e novamente em 2003, em 2004 mudou para o PL do Rio de Janeiro. É filho de Féres Nader, vice-presidente do SSFC e sócio administrador da Rádio Sul Fluminense. José Leite Nader (PTB/RJ), deputado estadual do Rio de Janeiro por quatro mandatos (1974–1979 e 1983–1994), presidiu a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de 1991 a 1994. Foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCERJ), onde permaneceu por 12 anos, até sua aposentadoria. José Nader Júnior, filho de José Leite

Nader, foi deputado estadual do Rio de Janeiro entre 2002 e 2006 e reeleito para o período de 2007 a 2011, também pelo PTB/RJ. César Augusto Nader, conhecido como Guto Nader. É filho de José Leite Nader e irmão de José Nader Júnior. Foi eleito vereador de Barra Mansa em 2008, pelo PR do Rio de Janeiro.

Além dos meios de comunicação, a família Nader ainda controla a Solo Sul Sociedade de Loteamentos Sul Fluminense LTDA, empresa do ramo imobiliário, e a Companhia Fluminense de Empreendimentos, empresa da área agrícola. A família Nader se encontra na categoria de família governamental desenvolvida em nosso projeto. Isso se deve ao alto grau de vínculo deste grupo com a situação política do município e do estado, tendo, de forma tradicional, entre familiares um grande número de políticos. Associando essa tradição política da família ao controle que exercem sobre a comunicação local (das nove outorgas de rádio e TV não estatais existentes no município, três são controladas pelo SSFC, e são três rádios das únicas quatro instaladas no município), fica evidente o poder exercido pela família Nader sobre a região.

4.1.4. SISTEMA JABM DE COMUNICAÇÃO

O município de Macaé, localizado na mesorregião do Norte Fluminense, apresenta um caso interessante de uma família que, concomitantemente, possui outorga de rádio no município e tem um grande número de integrantes ativamente participando da política local. No período de 1977 até 2012 Carlos Emir Mussi, Sylvio Mussi Lopes Teixeira e Riverton Mussi se alternaram na prefeitura de Macaé quase que sem interrupções, consolidando o poder da família sobre o município durante décadas.

Os membros da família Mussi também estão presentes nos legislativos municipal, estadual e federal, além de cargos de livre nomeação. Sylvio Lopes foi deputado federal pelo Rio de Janeiro nos períodos de 1995-1996 e 2007-2011 pelo PSDB/RJ. Glauco Lopes, seu filho, foi eleito duas vezes deputado estadual pelo mesmo partido, em 2002 e 2006. Adrian Mussi, irmão de Riverton, foi Secretário Especial de Infraestrutura Urbana em Macaé e deputado federal na legislatura 2011-2015 pelo PMDB/RJ¹. Carla Mussi, irmã de Riverton foi Secretária de Planejamento e Gestão e Secretária Municipal de Administração durante a gestão de seu irmão. Elma Mussi exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito durante toda a gestão Riverton.

¹ Cf.: CORREA, Heitor Delgado. O poder público local no Brasil: um modelo institucional gerador de vícios e distorções In **Reflexões sobre o caso de Macaé. Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: O Caso de Macaé**, Herculano S, Correa HD (eds.). PPGSD—Universidade Federal Fluminense: Niterói, p. 389, 2010

A rádio 95FM, hoje controlada pela família Mussi, foi comprada em 1992 da família de José Abelardo Barbosa, o Chacrinha, e atualmente atinge os municípios de Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã, Trajano de Moraes, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Conceição de Macabú, Madalena, São Pedro da Aldeia e Casimiro de Abreu. A rádio encontra-se em funcionamento e apresenta uma programação variada com a reprodução de músicas populares e programas próprios da emissora.

4.1.5. RÁDIO MUSICAL DE CANTAGALO

O município de Cantagalo está localizado na mesorregião do Centro Fluminense e tem uma população estimada em aproximadamente 20 mil habitantes. No município foram encontradas apenas 6 outorgas de televisão, uma pertencente ao grupo Silvio Santos e 5 da prefeitura. Cantagalo ainda conta com uma outorga de rádio FM e uma de rádio AM, a rádio musical do Cantagalo.

Esta tem como acionistas dois políticos: o empresário Alexandre José dos Santos, deputado federal do Rio de Janeiro por cinco legislaturas seguidas, de 1995 a 2004 pelo PSDB e de 2005 a 2014 pelo PMDB, e Soraya Alencar dos Santos, casada com Alexandre, eleita Deputada Federal em 2014 pelo PMDB RJ, que atualmente exerce seu mandato. Além destes, consta atualmente na lista de acionistas da Rádio Musical o nome de Josias Gonçalves da Cruz, diretor da Igreja Internacional da Graça de Deus, do missionário RR Soares.

A situação de Cantagalo se assemelha a de outras muitas pequenas cidades do estado que apresentam um número de pequeno de outorgas próprias do município. Grande parte das outorgas de televisão são da prefeitura e servem somente para retransmitir a programação das grandes redes nacionais, enquanto as rádios são muitas vezes compradas ou arrendadas por grupos religiosos.

4.2. GRUPOS NACIONAIS

4.2.1. GRUPO SALGADO DE OLIVEIRA

O grupo Salgado de Oliveira tem projeção nacional e controla sete empresas concessionárias de rádio e televisão: Rede Vitoriosa de Comunicações LTDA, Rádio Hit Parade LTDA, Rede Goiânia de Rádio e Televisão LTDA, Fundação Universo, Empreendimento de Radiodifusão Região dos Lagos LTDA, Rádio Ouro Verde FM LTDA e Rádio Serra Azul de Frequência Modulada LTDA. Estas empresas possuem ao todo 58 outorgas de rádio e televisão no país. No estado do Rio de Janeiro, o grupo possui 6 outorgas:

3 para rádio FM nas cidades de Parati, Rio Bonito e Cabo Frio; uma retransmissora de televisão em Campos dos Goytacazes, pertencente à Rede Goiânia de Rádio e Televisão; e 2 geradoras de televisão no município de São Gonçalo, ambas pertencentes à Fundação Universo.

Seu integrante mais importante é o empresário e político Wellington Salgado de Oliveira. Wellington Salgado e sua família são os sócios diretores da Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (ASOEC), mantenedora da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), com sede em São Gonçalo, e do Centro Universitário do Triângulo (Unitri), com sede em Uberlândia. Além do grande complexo de faculdades a família possui também empresas nos ramos de construção de prédios, agropecuária, produção musical, produção gráfica e patrocinava um time de basquete de Brasília. O valor total de bens declarados à justiça eleitoral no ano de 2010 foi de 15 milhões e meio de reais. Em 2007, foi instaurado um inquérito em que o então senador havia sido denunciado pelo MPF por crime contra a ordem tributária. De acordo com matéria jornalística publicada no portal “congresso em foco” em 5/10/2007, a ASOEC teria desviado 12 milhões de reais, ao descontar o imposto de renda de professores contratados e prestadores de serviço e não fazer o repasse do dinheiro recolhido. No ano seguinte o inquérito foi desmembrado a pedido do procurador geral da República, Antônio Fernando Souza.

No ano de 2002, Hélio Costa foi eleito senador pelo estado de Minas Gerais e Wellington Salgado foi seu primeiro suplente. Assumiu o cargo de senador em 2005, quando Hélio Costa foi nomeado Ministro das Comunicações pelo presidente Lula. De acordo com matéria divulgada pela FOLHA, em 15/01/2007, Salgado foi o principal financiador da campanha de Hélio Costa². Em 2010 tentou sem sucesso se eleger a deputado federal pelo estado de Minas Gerais. Durante sua atuação como senador, Salgado foi um dos principais aliados de Renan Calheiros na presidência do Senado, atuando em sua defesa quando fora instaurado um processo de cassação ao mandato de Calheiros por quebra de decoro. Uma das denúncias contra Calheiros foi a de que o senador teria usado laranjas para controlar duas rádios e um jornal em Alagoas. O presidente do Senado é também um conhecido radio-difusor, o nome de seu filho aparece em sete outorgas rádio FM em Alagoas.

² Cf “Suplentes doaram para a campanha de 15 senadores”. Matéria de Fernanda Krakovics. Folha Online, Brasília, 15 jan. 2007. Brasil. <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/brasil/ult96u88616.shtml>

No estado do Rio de Janeiro, o grupo Salgado de Oliveira controla duas outorgas de televisão no município de São Gonçalo, uma geradora de TV analógica e uma de TV digital, porém somente a transmissora analógica funciona neste momento. A TV Passaponte entrou no ar no ano de 2006, quando Wellington Salgado já havia se tornado Senador, e transmitiu a programação da TV Cultura até o ano de 2007. Em 2015 a TV Passaponte volta a transmitir a programação da TV Cultura após romper com a Igreja Mundial, no fim de 2014. É importante destacar o fato de que esta é uma outorga para TV educativa, ou seja, sua concessão não passa por processo licitatório no Congresso Nacional, dependendo somente da aprovação do poder executivo. A outra outorga de televisão do grupo, no Rio de Janeiro, se encontra em Campos dos Goytacazes e pertence à Rede Goiânia de Rádio e Televisão, grande afiliada da Rede Bandeirantes com outras seis outorgas de retransmissão no estado de Goiás, onde transmite para 57 municípios. A TV Goiânia foi fundada em junho de 2002, ano em que Wellington Salgado foi eleito como suplente do futuro ministro das comunicações Hélio Costa.

4.2.2. GRUPO INTERTV

Presidida pelo megaempresário capixaba Fernando Aboudib Camargo, a rede InterTV é a segunda maior rede de televisão afiliada à rede Globo, ficando atrás apenas da RBS. A rede é composta por quatro empresas de comunicação: Intervisão Emissoras de Rádio e TV LTDA, atuante no estado de Minas Gerais, Televisão Cabugi LTDA, afiliada da rede Globo no Rio Grande do Norte, Canal e Transmissões InterTV LTDA e Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio S/A, ambas atuando no estado do Rio de Janeiro. De acordo com os dados encontrados no SIACCO, as empresas da rede controlam 40 outorgas de televisão no Brasil.

No estado do Rio de Janeiro, são 15 as outorgas de televisão controladas pela rede em questão, e se encontram nas cidades de Cabo Frio, Nova Friburgo, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto e Teresópolis, cobrindo municípios em quase todas as mesorregiões do estado com exceção somente da Sul Fluminense.

Como já foi dito no capítulo anterior, o grupo empresarial controlado por Fernando Aboudib Camargo está relacionado a um agente político relevante no país: Henrique Eduardo Alves, deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Norte por 11 mandatos consecutivos, presidente da Câmara dos Deputados entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2015 e ministro do turismo até o momento em que esta monografia foi feita. Henrique Alves e sua família

estão intimamente relacionados à política do Rio Grande do Norte. Seu pai, Aluizio Alves, foi governador do estado potiguar de 1961 a 1969 quando foi cassado pelo AI-5. Seus tios e primos ocuparam ou ainda ocupam diversos cargos eletivos tanto no legislativo quanto no executivo.

Além da vocação para a política, a família Alves controla meios de comunicação eletrônicos. O nome de Henrique Alves e seus familiares constam na lista de sócios da empresa Televisão Cabugi LTDA, que, de acordo com os dados coletados, controla 5 outorgas de televisão no Rio Grande do Norte. Fundada em 1987 por Aluizio Alves e Agnelo Alves (respectivamente pai e tio de Henrique Alves), a Televisão Cabugi foi incorporada à rede InterTV em 2006 quando o empresário Fernando Camargo tornou-se sócio de Henrique Alves e tomou o controle da emissora.

Em agosto de 2012, um artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo mostrou que a relação entre o então deputado federal e o empresário era ainda mais íntima³. De acordo com o artigo, Henrique Alves fez *lobby* no Tribunal de Contas da União para que o consórcio Rodovia Capixaba, do qual fazia parte a empresa Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação de Fernando Camargo, vencesse o contrato da concessão do trecho entre Bahia e Espírito Santo da rodovia BR-101, um negócio de cerca 7 bilhões de reais. Quando confrontado com a informação de sua sociedade com o empresário, Henrique Alves confessou ter feito um favor pessoal a um amigo empresário seu.

4.2.3. ORGANIZAÇÕES MARTINEZ – REDE CNT

As Organizações Martinez (OM) controlam a Central Nacional de Televisão (CNT), uma das maiores redes de televisão do país com cobertura em 16 estados e no Distrito Federal. O grupo formado pela família Martinez possui um total de 75 outorgas de televisão no Brasil, controladas por três empresas: TV Corcovado S/A, TV Carioba Comunicações LTDA e Rádio e Televisão OM LTDA. A empresa TV Corcovado S/A, controlada pelo grupo, possui 8 outorgas de televisão no estado do Rio de Janeiro, todas correspondentes à CNT Rio de Janeiro.

José Carlos Martinez, nome mais importante da família foi político e empresário de comunicação. Martinez foi eleito deputado federal pelo estado Paraná quatro vezes (82, 86, 98

³ Cf.: “Líder do PMDB faz lobby por sócio que disputa contrato público”, matéria de Fábio Fabrini, O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 29 ago. 2012. <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,lider-do-pmdb-faz-lobby-por-socio-que-disputa-contrato-publico-de-r-7-bilhoes-imp-,922988>

e 2002), trabalhou como tesoureiro da candidatura de Fernando Collor de Mello, foi presidente nacional do PTB e participou da Assembleia Nacional Constituinte. A origem desta rede ocorreu no fim da década de 70, quando Martinez comprou a TV Paraná, que até então pertencia ao grupo Diários Associados e a uniu à TV Tropical, já pertencente à sua família, formando a Rede OM. Na década de 90, Martinez comprou a TV Corcovado, pertencente a Silvio Santos, e em 93 a Rede OM passou a ser CNT.

De acordo com matéria da Folha de São Paulo, em agosto de 1992, a CPI do caso PC Farias descobriu que a compra da TV Corcovado aconteceu mediante o pagamento de dívidas do SBT junto à Caixa Econômica Federal com cheques de um “fantasma” no valor total de 4 milhões de dólares⁴. Mais tarde Martinez disse não saber que os cheques usados na compra da TV Corcovado vinham de “fantasmas”, mas confessou ter feito um empréstimo de 8,5 milhões de dólares de PC Farias para comprar as emissoras de televisão. Em troca, Martinez teria dado cessão do título Tribuna de Alagoas para Farias.

Em 2003, José Carlos Martinez faleceu devido a um acidente de avião. Após a sua morte, as Organizações Martinez continuaram funcionando sob o comando de Flávio Martinez, seu irmão e sócio. Desde então a programação da rede CNT vem sofrendo um loteamento. Com baixíssima produção de conteúdo sua grade horária já foi arrendada pela Igreja Mundial do Poder de Deus do apóstolo Valdemiro Santiago e, mais recentemente, pela Igreja Universal do Reino de Deus do Bispo Edir Macedo, despedindo grande parte de sua equipe.

4.2.4. IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS – R.R. SOARES

A Igreja Internacional da Graça de Deus é uma igreja evangélica neopentecostal que foi fundada em 1980 pelo missionário e apresentador de televisão Romildo Ribeiro Soares. O missionário é cunhado de Edir Macedo, com quem fundou a Igreja Universal do Reino de Deus. Após se desentender com Macedo, RR Soares saiu da IURD e fundou sua própria igreja. Atualmente, a IIGD é uma das maiores igrejas evangélicas de denominação neopentecostal do país, contando com aproximadamente 1600 templos em território nacional e outros fora do Brasil.

⁴ Cf.: “‘FANTASMA’ PAGOU DÍVIDA DA REDE OM”. Matéria de Edna Dantas e Lúcio Vaz. Folha de S. Paulo, Brasília, 4 ago. 1992. <http://www.tv-pesquisa.com-puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=18836&PageNo=2>

Soares e sua família possuem um grande número de outorgas de rádio e televisão no Brasil. A Rede Internacional de Televisão, anteriormente chamada de TV Dourados, é uma rede de conteúdo religioso controlada pelo missionário e sua esposa através da empresa Televisão Cidade Modelo LTDA que conta com 110 outorgas de televisão presentes em 24 estados e no distrito federal. Além do grande número de outorgas de televisão, o grupo conta ainda com 6 outorgas de rádio em nome de Soares e seus filhos, responsáveis por transmitir a rede Nossa Rádio, presente em 12 estados, incluindo o Rio de Janeiro. Os interesses midiáticos de Soares extrapolam a radiodifusão, o grupo controlado por sua família possui também uma operadora de televisão por assinatura via satélite (Nossa TV), uma gráfica, uma produtora e distribuidora de filmes para cinema e uma gravadora.

No estado do Rio de Janeiro o grupo possui 8 outorgas de televisão que se encontram nas cidades de Cabo Frio, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Parati, Volta Redonda e Rio de Janeiro. Daniel Bezerra Ribeiro Soares e Filipe Bezerra Ribeiro Soares, filhos de Romildo, são os únicos sócios da Rádio Relógio Federal LTDA, concessionária de duas outorgas de rádio na capital do estado. Soares é um dos pastores com maior tempo em televisão no país. O programa “Show da Fé”, apresentado pelo missionário, é transmitido em todo o território nacional, seja pelas emissoras próprias da IIGD ou por grandes redes de abrangência nacional como Bandeirantes, SBT, Rede TV e CNT, que vendem espaço em sua grade para a Igreja da Graça.

Os integrantes da família de Soares estão também presentes na política, os cinco filhos de RR Soares, incluindo os citados a cima, já se candidataram e foram eleitos para cargos eletivos. Filipe Soares foi eleito em 2014 para deputado estadual no Rio de Janeiro pelo PR, Daniel Soares é vereador na cidade de Guarulhos pelo DEM, David Soares foi eleito vereador na cidade de São Paulo em 2008 e reeleito em 2012, Marcos Soares, que já havia exercido o cargo de deputado estadual do Rio de Janeiro, foi eleito em 2014 para deputado federal pelo PR e André Soares foi reeleito deputado estadual de São Paulo pelo DEM e cumprirá seu terceiro mandato consecutivo.

A expansão política e midiática de grupos religiosos é algo nada raro no país e vem chamando cada vez mais a atenção da sociedade e do Estado. No ano de 2014, a Procuradoria Regional Eleitoral do estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação por abuso de poder econômico contra os recém-eleitos Marcos Soares e Filipe Soares. Ambos foram acusados de terem usado os templos da IIGD para suas campanhas eleitorais.

4.2.5 IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS – REDE RECORD

A Igreja Universal do Reino de Deus é atualmente a maior igreja evangélica neopentecostal do Brasil. Seu líder, Edir Macedo Bezerra, foi considerado pelo site da revista Forbes o pastor mais rico do país em matéria publicada em janeiro de 2013⁵. Além de milhares de templos dentro e fora do território nacional, a igreja liderada por Edir Macedo controla ainda uma vasta gama de empresas nos mais variados segmentos, inclusive no setor de radiodifusão, no qual se destaca ao controlar a segunda maior rede de televisão e rádio do Brasil, a rede Record.

Durante a pesquisa foram encontradas 216 outorgas de rádio e televisão controladas por Macedo, o maior número encontrado entre todos os grupos pesquisados. Isto, levando-se em consideração somente aquelas empresas em cujas listas de acionistas constavam o nome próprio de Edir Macedo ou da empresa Rádio e Televisão Record S.A., comprada por Edir Macedo do grupo Silvio Santos no ano de 1989. De acordo com matéria do jornal Folha de São Paulo, do dia 15 de dezembro de 2007, escrita pela jornalista Elvira Lobato, a IURD controlava até então 23 emissoras de televisão e 40 de rádio, além de arrendar mais 36 rádios. Segundo a jornalista, tal expansão sobre o setor da radiodifusão se tornou possível após a regulamentação da Emenda Constitucional 222, que autorizou a participação de pessoas jurídicas como acionistas de rádios e televisões.

No estado do Rio de Janeiro, a Rede Record é a que possui o maior número de outorgas de televisão, com um total de 39, e está entre as cinco redes mais transmitidas. Foram ainda encontradas 5 empresas de rádio controladas por Macedo e pastores da IURD: a Rádio Sociedade Volta Redonda, Radio Jornal Fluminense de Campos, Radio Contemporânea, Rádio Copacabana e Sistema Transrio de Comunicação. Juntas, estas rádios compõem a Rede Aleluia, rede de rádio da IURD e têm a concessão de 18 outorgas em 9 municípios, incluindo 3 na capital do estado.

Com a expansão das igrejas neopentecostais houve também o aumento de políticos ligados a elas. A bancada evangélica, como é conhecida, é composta majoritariamente por membros dessas igrejas e muitas vezes até pastores. Frequentemente têm uma atuação política conservadora e de defesa dos interesses das próprias igrejas. No estado fluminense, há alguns casos importantes de membros da IURD envolvidos com a política.

⁵ Cf.: “The Richest Pastors in Brazil”. Matéria de Anderson Antunes. Forbes.com, 17 Jan. 2013.
<http://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#38e437b661e6>

Marcelo Crivella, por exemplo, é sobrinho de Edir Macedo e pastor licenciado pela Igreja Universal. Crivella foi eleito senador pelo PRB do Rio de Janeiro pela primeira vez em 2002 e reeleito em 2010. Durante seus dois mandatos como senador, Crivella se candidatou duas vezes à prefeitura da capital e duas vezes ao governo do estado, chegando a disputar o segundo turno com Luiz Fernando Pezão em 2014.

Em 2004, após concorrer à prefeitura do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu à Polícia Federal que investigasse Crivella por suspeita de falsidade ideológica eleitoral. O senador ainda constava como acionista em duas emissoras de televisão (ambas retransmissoras da rede Record) quando se candidatou a prefeito, porém não as declarou como bens à justiça eleitoral. No entanto, Crivella já havia vendido sua participação nas televisões a Clodomir dos Santos Matos, Osvaldo Roberto Ceola e José Célio Lopes, todos pastores da IURD. No mesmo ano, Clodomir Matos assumiu que a igreja passa seus bens para o nome de pessoas de confiança, como aconteceu no caso de Crivella.

Outro caso interessante é a relação que a IURD possui com o Partido Republicano Brasileiro. Fundado em 2005 por Vitor Paulo Araújo dos Santos, pastor licenciado pela igreja Universal e ex-deputado federal do Rio de Janeiro (2011-2015), o PRB é frequentemente colocado pela mídia como um partido político controlado pela IURD. De acordo com matéria veiculada no portal Terra em setembro de 2012, 73% das lideranças do partido tinham ou já haviam tido relações com a igreja ou com o grupo Record. Embora parte dos membros do partido se distancie da igreja Universal e da Record, como no caso do atual presidente do partido, Marcos Pereira (também pastor licenciado da IURD e ex-vice-presidente da Record), ao analisarmos sua estrutura, podemos ver que a relação entre o partido, a IURD e a Record permanecem.

4.3. POLÍTICOS NA CAPITAL

Na cidade do Rio de Janeiro foram encontradas duas rádios cujos sócios são políticos ou estão diretamente ligados a um, a rádio 93 FM e a Rádio Livre AM. Nenhuma das duas rádios encontradas faz parte de uma grande rede de comunicação e seus proprietários não aparecem como sócios de nenhuma outra empresa concessionária de outorga de radiodifusão na cidade.

A Rádio 93FM pertence ao empresário e político Arolde de Oliveira e à sua esposa, a empresária e estilista Yvelise de Oliveira. Arolde de Oliveira foi eleito como suplente a deputado federal pelo PDS RJ em 1983 e assumiu o cargo no mesmo ano. Em 2014, foi

reeleito deputado federal pela nona vez consecutiva. Foi também vice-presidente da TELERJ em 1986, participou da Assembleia Nacional Constituinte em 1988, defendeu a privatização das telecomunicações durante o governo Fernando Henrique Cardoso, presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da câmara no ano de 1998, foi Secretário de Transportes da cidade do Rio de Janeiro de 2002 a 2007 e em 2015 assumiu a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 1993 Arolde de Oliveira comprou a gravadora de música gospel MK Publicitá fundada 5 anos antes por sua filha, a cantora gospel Marina de Oliveira, e inaugurou a rádio 93 FM, que em um primeiro momento se chamou Rádio El Shaday FM. Atualmente a rádio 93 FM é dirigida por Yvelise Oliveira e possui uma grade de programação completamente voltada ao público evangélico com um grande número de programas e quadros destinados a este público.

A Rádio Livre foi fundada no ano de 2001 quando foi comprada pela empresa Radiodifusão Verde-Amarela LTDA, que se encontra no nome de Pedro Frossard Barbosa. Pedro é filho do ex-deputado federal Vivaldo Barbosa, que, assim como Arolde de Oliveira, tem ampla experiência na política, tendo exercido o cargo de Deputado Federal em 3 oportunidades, inclusive atuando na constituinte. Vivaldo Barbosa também foi Secretário de Justiça do estado do Rio de Janeiro durante o governo de Leonel Brizola entre os anos 1983 e 1986. Embora o nome de seu filho seja o único na lista de sócios da empresa e Vivaldo Barbosa se apresentar como um mero locutor de rádio, devemos atentar para o fato de que o último mandato de Barbosa como Deputado Federal foi entre 1999 e 2003 Pelo PDT/RJ, o mesmo período no qual a empresa Radiodifusão Verde Amarela foi aberta (2000) e Rádio Livre AM foi fundada.

Embora na capital do estado o número de outorgas de rádio controladas diretamente por políticos seja pequeno, as descobertas foram relevantes. Ambos os políticos envolvidos adquiriram suas rádios durante seus mandatos. Além disso, ambos participaram da Assembleia Nacional Constituinte, o que não os impediu de desrespeitá-la, ignorando o artigo 54 que proíbe que deputados e senadores firmem ou mantenham contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente devemos observar a clara concentração geográfica da mídia existente no estado do Rio de Janeiro. Durante este trabalho foi possível observar que a distribuição das outorgas de rádio e televisão acontece de maneira absolutamente desigual. Dentro deste recorte regional fica clara a divisão de funções que privilegia a capital do estado como produtora de conteúdo, concentrando as cabeças-de-rede, enquanto aos outros municípios está reservada a função de retransmitir este conteúdo através de emissoras afiliadas. O isolamento da municipalidade, trazido por Santos (2006) como um dos enunciados hereditários do coronelismo, torna-se evidente na análise de dados. Isto pode ser visto pela grande diferença do número de outorgas entre municípios mais ricos e mais pobres.

A concentração midiática se dá também através da propriedade e da formação de redes com emissoras afiliadas. A análise de dados nos permite observar como poucos grupos hegemônicos possuem um grande número de outorgas, ou um grande número de afiliadas, que as permite alcançar todo o território do estado, deixando pouco ou nenhum espaço para emissoras independentes. A formação de grandes redes nacionais é um ponto muito importante neste trabalho. Isto se deve ao fato de que a concentração dos meios é muitas vezes vista somente sob a ótica da propriedade, o que exclui grupos midiáticos de enorme importância, como, por exemplo, o grupo Globo, que apesar de não possuir um número grande de outorgas quando comparado com outros grupos, é sem dúvidas o maior grupo do estado e do país quando consideramos sua rede de afiliadas. De acordo com Santos:

A aliança entre afiliada e cabeça-de-rede tem dupla função: garante a oferta de programação – consequentemente, garante a audiência – sem dispendir muitos recursos e garante a máquina pública atuando em prol dos radiodifusores. A afiliação das empresas dos coronéis é de extrema valia para o decadente empresariado de comunicações brasileiro. Funciona, em grande medida, como barreira à entrada dos interesses convergentes das empresas internacionais no cenário nacional. (SANTOS, 2006, p. 18)

Durante a pesquisa, frequentemente nos deparamos com casos de vendas e arrendamentos de televisões e rádios. Isto se deve em grande parte pelo caráter privado com o qual donos de outorgas e governantes têm tratado historicamente a comunicação no país. Esta é uma clara evidência da falta de distinção entre as esferas pública e privada.

Apesar de existirem leis que limitam a propriedade de meios de comunicação, não há atualmente políticas públicas federais para o combate ao oligopólio. A legislação de comunicação se preocupa principalmente com as relações de propriedade, porém os maiores

grupos nacionais se estruturam em forma de rede, conceito que quase não aparece nas leis. É necessário, portanto, que se criem novos instrumentos normativos que regulem a propriedade a fim de promover a democratização dos meios e impeçam esta concentração. A legislação deve se ampliar, incluindo parentes e sócios, com a finalidade de englobar as redes.

Importante ressaltar que a legislação que regula atualmente as atividades de radiodifusão ainda é o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. O que pode ser visto em um primeiro momento como um descaso movido pela falta de interesse do Estado em relação à comunicação, deve ser visto com mais atenção pelo que realmente é: a falta de ação do estado é motivada pelo interesse particular de agentes que dela se privilegiam. O estado entende a importância estratégica da comunicação, mas não há vontade política para intervir.

A legislação, na verdade, nada mais é do que a formalização de um determinado consenso social, que retrata a posição relativa dos diferentes atores da estrutura hegemônica da sociedade num dado momento e cuja validade se prolonga no tempo de acordo com o prolongamento da estabilidade daquela estrutura. A manutenção, em essência do sistema de poder no campo da comunicação (...) levanta, no mínimo a suspeita sobre a efetividade da nossa transição democrática. (BOLAÑO, 2007, p.7)

É evidente que a entrada de imensos grupos midiáticos estrangeiros, muitos deles com uma força econômica brutalmente superior às dos grupos nacionais, cria disputas pelo poder. Isso pode ser visto no Congresso, por exemplo, onde há políticos aliados ao velho modelo, defendendo os grupos nacionais da mídia, e outros que se aliam aos recém-chegados agentes estrangeiros, apoiando a abertura do mercado nacional. O avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação não deve ser visto, porém, como uma perda definitiva de hegemonia por parte dos grandes donos da mídia do país, mas como uma reestruturação do mercado que possibilita que os novos e velhos agentes façam uma nova divisão das funções entre si.

Outra questão importante foi a transparência, ou melhor, a falta dela. A dificuldade em acessar os dados oficiais e a incerteza de sua correção foram grandes obstáculos para o avanço deste trabalho. As tabelas consultadas são muito extensas e de difícil manuseio. Frequentemente nomes de acionistas aparecem com uma grafia diferente da correta, e as bases de dados consultadas possuem muitas vezes dados defasados, não nos permitindo dizer com certeza quem são os reais donos de uma outorga e qual porcentagem de ações que possui. A dificuldade em saber se uma outorga está ativa ou inativa e qual conteúdo transmite é ainda maior.

Esta é uma questão de grande importância para este trabalho, visto que, entendemos o direto à informação como ponto crucial para o desenvolvimento de uma sociedade realmente

democrática. É indispensável, portanto, que se criem instrumentos de prestação de contas da mídia cada vez mais acessíveis à sociedade, e a criação de políticas públicas que lhe garanta um papel mais ativo em relação aos meios de comunicação.

O papel do estado no desenvolvimento de uma mídia mais plural deve ir além de uma regulação que proíba concentração do mercado, e da garantia de transparência inerente a qualquer serviço de caráter público. O que vemos desde a redemocratização até os dias atuais é uma sucessão de governos que não rompem com a estrutura de poder já consolidada, ao contrário, repassam vultosas quantias de dinheiro para os meios de comunicação de grupos hegemônicos, revelando sua posição favorável à manutenção desse sistema. Esta verba poderia ser voltada para novos atores, a fim de incentivar a criação de uma mídia mais democrática. A criação de sistemas públicos de comunicação, como o caso da EBC, também é indispensável para a estruturação de uma mídia que busque alcançar o interesse público

Por fim, é possível dizer que foram encontrados no estado do Rio de Janeiro claros exemplos de uso político dos meios de comunicação eletrônicos. Se pensarmos em âmbito nacional, o estado fluminense se situa no centro do panorama da radiodifusão, com um grande número de emissoras, ainda sim é possível ver que uma grande parte dos municípios que o compõem se comportam como periferia, tendo pouca ou nenhuma relevância neste sistema. A forte presença de traços de patrimonialismo e as relações de parentesco e apadrinhamento dentro dos grupos estudados revelam que existe, ainda hoje, um sistema de troca de favores envolvendo a aquisição de outorgas e a política local.

É possível dizer, portanto, que o estado do Rio de Janeiro está inserido como parte central de um sistema nacional que privilegia o caráter privado da radiodifusão em detrimento dos interesses público e estatal. Este sistema, aqui tratado por coronelismo eletrônico, representa um grande obstáculo à democratização da comunicação e, conseqüentemente, à ruptura com a estrutura de poder consolidada há décadas no Brasil. O desafio enfrentado pela sociedade brasileira é gigantesco, visto que este é um sistema que envolve, ao mesmo tempo, os interesses da elite empresarial e política do país. No entanto, é impossível pensar o futuro de uma sociedade sem que haja a garantia da liberdade de comunicação.

6. REFERÊNCIAS

BOLAÑO, César. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p-130-155. 1 ed.

CORREA, Heitor Delgado. O poder público local no Brasil: um modelo institucional gerador de vícios e distorções In **Reflexões sobre o caso de Macaé. Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: O Caso de Macaé**, Herculano S, Correa HD (eds.). PPGSD—Universidade Federal Fluminense: Niterói, p. 368-391, 2010.

DANTAS, Edna; VAZ, Lúcio. “**FANTASMA**” PAGOU DÍVIDA DA REDE OM. Folha de S. Paulo, Brasília, 4 ago. 1992. Brasil. Disponível em: <<http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=18836&PageNo=2>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

FABRINI, Fábio. **Líder do PMDB faz lobby por sócio que disputa contrato publico de R\$ 7 bilhões**. O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 29 ago. 2012. Brasil. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,lider-do-pmdb-faz-lobby-por-socio-que-disputa-contrato-publico-de-r-7-bilhoes-imp,-922988>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

KRAKOVICS, Fernanda. **Suplentes doaram para a campanha de 15 senadores**. Folha Online, Brasília, 15 jan. 2007. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88616.shtml>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 3 ed.

LIMA, Raphael J. Da C. **Açúcar, Coca-Cola e Automóveis: ação político-empresarial na construção de um município modelo em Porto Real (RJ). 2005. 169 f.** 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro.

LIMA, Venício Artur de. Políticas de Comunicações no Brasil: novos e velhos atores. **XXI International Congress of the Latin American Studies Association**. Chicago, EUA: 1998. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/deLima.pdf>>.

LOBATO, Elvira. **Universal chega aos 30 anos com império empresarial**. Folha Online, Rio de Janeiro, 15 dez. 2007. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u373561.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MOREIRA, Sonia Virginia. **A porção carioca do radio brasileiro**. São Paulo: REVISTA USP, n.56, p. 42-47, dezembro/fevereiro 2002-2003

RAMOS, Murilo César. **A força de um aparelho privado de hegemonia**. In BRITTOS, Valério Cruz, BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 57-77

SANTOS, Suzy. **E-Sucupira**: o Coronelismo Eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras. E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de PósGraduação em Comunicação. Online: ed. 7, dez. 2006, dossiê temático Economia Política da Comunicação. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/104>>

_____. **Relações incestuosas**: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In: João Freire Filho; Micael Herschmann. (Org.). **Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, v. 1, p. 121-142.

STADNIK, Célia. **A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com meios de comunicação de massa no Brasil**. [monografia] Curso de Jornalismo. Porto Alegre: Faculdade dos Meios de Comunicação Social, PUC-RS, 1991.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira; SANTOS, Suzy dos. Porteira, radiodifusão, universidade etc... os “negócios” do coronelismo eletrônico em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.rbpc.lapcom.unb.br/index.php/revista/article/view/24>>

DADOS

SISCOM disponível em
<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consulta/default.asp>

SIACCO disponível em
<http://www.mc.gov.br/dados-do-setora>

PNAD 2013 disponível em
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2013/default.shtm>

SITES

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<https://www.infoplex.com.br/>

<http://www.anatel.gov.br/dados/>

<http://www.portalbsd.com.br/novo/>

<http://donosdamidia.com.br/>

<http://www.mc.gov.br/dados>

ANEXOS

**Divisão regional, segundo as mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios
Estado do Rio de Janeiro - 2011**

Mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios	Mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios
Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro Microrregião do Rio de Janeiro Belford Roxo Duque de Caxias Guapimirim Itaboraí Japeri Magé Maricá Mesquita Nilópolis Niterói Nova Iguaçu Queimados Rio de Janeiro São Gonçalo São João de Meriti Tanguá Microrregião de Itaguaí Itaguaí Mangaratiba Seropédica Microrregião Serrana Petrópolis São José do Vale do Rio Preto Teresópolis Microrregião de Vassouras Engenheiro Paulo de Frontin Mendes Miguel Pereira Paracambi Paty do Alferes Vassouras Microrregião de Macacu-Caceribu Cachoeiras de Macacu Rio Bonito Mesorregião do Noroeste Fluminense Microrregião de Itaperuna Bom Jesus do Itabapoana Italva Itaperuna Laje do Muriaé Natividade Porciúncula Varre-Sai Microrregião de Santo Antônio de Pádua Aperibé Cambuci Itaocara Miracema Santo Antônio de Pádua São José de Ubá Mesorregião do Norte Fluminense Microrregião de Campos dos Goytacazes Campos dos Goytacazes Cardoso Moreira São Fidélis São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Mesorregião do Norte Fluminense Microrregião de Macaé Carapebus Conceição de Macabu Macaé Quissamã Mesorregião do Centro Fluminense Microrregião de Nova Friburgo Bom Jardim Duas Barras Nova Friburgo Sumidouro Microrregião de Santa Maria Madalena Santa Maria Madalena São Sebastião do Alto Trajano de Moraes Microrregião de Cantagalo-Cordeiro Cantagalo Carmo Cordeiro Macuco Microrregião de Três Rios Areal Comendador Levy Gasparian Paraíba do Sul Sapucaia Três Rios Mesorregião das Baixadas Microrregião dos Lagos Araucária Armação dos Búzios Arraial do Cabo Cabo Frio Iguaba Grande São Pedro da Aldeia Saquarema Microrregião da Bacia de São João Casimiro de Abreu Rio das Ostras Silva Jardim Mesorregião do Sul Fluminense Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense Barra Mansa Itatiaia Pinheiral Piraí Porto Real Quatis Resende Rio Claro Volta Redonda Microrregião de Barra do Piraí Barra do Piraí Rio das Flores Valença Microrregião da Baía da Ilha Grande Angra dos Reis Paraty

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

RESUMO DE INDICADORES COMUNICAÇÕES

Informações referentes a dezembro/2014

INTERNET	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Domicílios com acesso à Internet - IBGE *	—	13,6	16,7	20,0	23,8	27,4	29,9	36,6	40,3	42,4	-
Domicílios com computador - IBGE *	—	18,5	22,0	26,5	31,2	34,6	37,2	42,9	46,4	48,9	-
Acessos banda larga em milhões - Anatel	—	4,0	6,0	9,0	14,9	21,7	34,2	56,8	79,0	125,4	181,8
Total de acessos banda larga fixa em milhões - Anatel	—	4,0	6,0	9,0	11,0	13,0	15,3	18,1	19,8	22,3	24,0
Total de acessos banda larga móvel em milhões - Anatel	—	—	—	—	3,9	8,7	18,9	38,6	59,2	103,1	157,9
banda larga móvel (3G) em milhões - Anatel	—	—	—	—	3,9	8,7	18,9	38,6	59,2	101,8	151,1
banda larga móvel (4G) em milhões - Anatel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,3	6,8
Acessos M2M em milhões - Anatel **	—	—	—	—	—	—	1,7	2,5	6,8	8,3	9,9

* Divisão do total de domicílios com microcomputador ou com microcomputador e acesso à Internet pelo total de domicílios particulares permanentes divulgado na última PNAD (IBGE)

** Os terminais de dados M2M não são classificados como banda larga, mas como internet móvel

TV PAGA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Acessos em milhões - Anatel	—	4,2	4,6	5,3	6,3	7,5	9,8	12,7	16,2	18,0	19,6
% de domicílios - Anatel *	—	8,0%	8,0%	10,0%	11,0%	13,0%	17,0%	20,5%	25,4%	27,7%	30,1%

* Divisão do total de acessos pelo número de domicílios particulares permanentes divulgado pelo IBGE na última PNAD

TELEFONIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Telefones fixos em milhões - Anatel *	—	39,8	38,8	42,1	43,5	43,7	42,1	43,0	44,3	44,1	45,0
Telefones móveis em milhões - Anatel	—	86,2	99,9	121,0	148,6	169,4	196,9	234,4	248,3	255,8	264,4

* Por motivos técnicos, os acessos de telefonia fixa, relativos aos meses de setembro/2013 a novembro/2014, ainda não foram consolidados pela Anatel. Para esse período, a soma de telefones fixos foi feita com dados do respectivo mês para as concessionárias, mas com valores referentes à setembro/2013, para as autorizadas.

RÁDIO E TELEVISÃO

RÁDIO*		TELEVISÃO ANALÓGICA*	
FM Comercial	2.125	Geradoras de TV	299
FM Educativa	422	Geradoras de TV Educativa	164
AM Comercial	1.682	Retransmissoras de TV	6.293
OT e OC	135	Municípios com Aviso de Habilitação	
Rádio Comunitária	4.653	RADCOM 2013	658
Total	9.017		

* Emissoras com autorização provisória de funcionamento ou licença

TELEVISÃO DIGITAL

Geradoras de TV Digital consignadas	445	Geradoras de TVD com licença provisória/definitiva	433
Retransmissoras de TV Digital consignadas	3.728	Retransmissoras de TVD com licença provisória/definitiva	3.491

Fonte: Ministério das Comunicações

RESUMO DE INDICADORES CONJUNTURA

DESEMPENHO ECONÔMICO *	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Bruta serviços telecom (R\$ bilhões) - Teleco (3T/2014)	114,8	132,6	142,1	154,9	174,2	175,9	182,2	202,0	214,6	227,1	173,7
Telefonia celular	34,2	42,0	48,7	56,9	64,4	65,6	71,5	82,2	89,7	95,7	71,9
Telefonia fixa	56,0	59,3	58,2	57,9	58,9	58,4	54,5	52,4	48,6	45,8	33,2
Banda Larga fixa	6,6	8,6	10,9	13,0	16,7	19,2	21,2	22,9	25,1	27,5	21,9
TV por Assinatura	4,3	5,1	6,0	7,3	9,3	9,5	11,8	16,3	20,3	24,7	21,1
SME (Trunking)	0,7	1,1	1,6	2,3	3,4	4,8	6,5	8,3	8,2	6,9	4,3
Indústria (Abinee)	13,0	16,5	16,7	17,5	21,5	18,4	16,7	19,9	22,7	26,6	21,4
Investimento em Telecom (R\$ bilhões) - Teleco (3T/2014)	14,3	14,7	13,1	14,5	19,6	18,9	18,8	22,7	25,3	26,5	19,0
Empregados no setor (mil) - Teleco (3T/2014)	268,6	307,3	303,5	352,8	376,3	397,1	425,7	504,3	498,7	516,8	526,5
Receita publicidade (R\$ bilhões) - Inter-Meios (3T/2014)	13,90	15,97	17,44	19,01	21,43	22,28	26,22	28,44	30,15	32,21	25,34
Internet	0,22	0,27	0,36	0,53	0,76	0,95	1,22	1,45	1,52	1,43	1,15
Rádio	0,60	0,67	0,73	0,77	0,90	0,99	1,09	1,13	1,19	1,31	0,99
TV Aberta	8,23	9,51	10,35	11,25	12,61	13,57	16,50	18,01	19,50	21,43	17,24
TV por Assinatura	0,30	0,37	0,53	0,64	0,80	0,82	1,01	1,19	1,34	1,58	1,41
Mídia Impressa	3,47	4,01	4,20	4,72	5,24	4,85	5,21	5,40	5,31	5,04	3,20
Outras	1,08	1,14	1,27	1,10	1,12	1,10	1,19	1,26	1,29	1,42	1,36

* Informações atualizadas trimestralmente

Fonte: IBGE